



PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO

EMPREITADA DE CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO, FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO EM SERVIÇO DE UMA CENTRAL DE PRODUÇÃO DE HIDROGÉNIO VERDE (GHPP) SITUADA NA CIDADE DE SEIA

CADERNO DE ENCARGOS

Procedimento: CP 01/2023

SETEMBRO 2023

(Página deixada propositadamente em branco)

ÍNDICE

DISPOSIÇÃO GERAIS DA EMPREITADA.....	7
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	7
Cláusula 1.ª - Objeto	7
Cláusula 2.ª - Definições	7
Cláusula 3.ª - Disposições por que se rege a execução do Contrato	10
Cláusula n.ª 4 - Interpretação dos documentos que regem execução do Contrato	11
Cláusula n.ª 5 - Esclarecimento de dúvidas	12
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES DO EMPREITEIRO SECÇÃO I - CONCEPÇÃO	12
Cláusula n.ª 6 - Projeto de Execução	12
Cláusula n.ª 7 - Aprovação do Projeto de Execução	13
Cláusula 8.ª - Alterações ao Projeto de Execução.....	14
Cláusula 9.ª - Direitos de Autor	15
Cláusula 10.ª - Transferência de Propriedade sobre o Projeto de Execução.....	15
SECÇÃO II - EXECUÇÃO.....	15
SUBSECÇÃO I - PREPARAÇÃO E PLANEAMENTO DOS TRABALHOS	15
Cláusula 11.ª - Preparação e planeamento da execução da obra	15
Cláusula 12.ª - Plano de Trabalhos e Plano de Trabalhos Ajustado	19
Cláusula 13.ª - Plano de Pagamentos	20
Cláusula 14.ª - Desvio do Plano de Trabalhos.....	21
Cláusula 15.ª - Plano de Segurança e Saúde	21
SUBSECÇÃO II – CONSIGNAÇÃO	22
Cláusula 16.ª - Consignação	22
SUBSECÇÃO III - EXECUÇÃO DA EMPREITADA.....	23
Cláusula 17.ª - Prazo de Execução da Empreitada	23
Cláusula 18.ª - Cumprimento do Plano de Trabalhos	23
Cláusula 19.ª - Incumprimento e sanções por violação dos prazos contratuais	24
Cláusula 20.ª - Atos e direitos de terceiros	24

Cláusula 21. ^a - Condições gerais de execução dos trabalhos	25
Cláusula 22. ^a - Especificações dos equipamentos, dos materiais e elementos de construção	26
Cláusula 23. ^a - Aprovação de equipamentos, materiais e elementos de construção	27
Cláusula 24. ^a - Reclamação contra a não aprovação de materiais e elementos de construção	28
Cláusula 25. ^a - Aplicação dos equipamentos, materiais e elementos de construção	28
Cláusula 26. ^a - Substituição de equipamentos, materiais e elementos de construção	28
Cláusula 27. ^a - Depósito de equipamentos, materiais e elementos de construção não destinados à obra	29
Cláusula 28. ^a - Trabalhos Complementares	29
Cláusula 29. ^a - Responsabilidade por Trabalhos Complementares e Erros ou omissões	30
Cláusula 30. ^a - Trabalhos a menos	30
Cláusula 31. ^a - Menções obrigatórias no local dos trabalhos.....	31
Cláusula 32. ^a - Ensaio e Testes	31
Cláusula 33. ^a - Medições e Objetivos de Execução Parcelar	32
Cláusula 34. ^a - Execução simultânea de outros trabalhos no Local da Obra	34
Cláusula 35. ^a - Outros encargos do Empreiteiro	34
Cláusula 36. ^a - Direção de Obra e Representação do Empreiteiro.....	35
Cláusula 37. ^a - Representação do Dono da Obra.....	35
SUBSECÇÃO IV - PESSOAL E OUTRAS OBRIGAÇÕES DO EMPREITEIRO	36
Cláusula 38. ^a - Meios humanos e deveres relativos aos colaboradores.....	36
Cláusula 39. ^a - Obrigações gerais.....	37
Cláusula 40. ^a - Horário de trabalho	37
Cláusula 41. ^a - Equipa Técnica do Empreiteiro	38
Cláusula 42. ^a - Segurança, higiene e saúde no trabalho.....	40
Cláusula 43. ^a - Caução	40
Cláusula 44. ^a - Livro de registo da obra	41
Cláusula 45. ^a - Condições gerais de execução dos trabalhos previstos no Plano de Gestão dos Resíduos	42
Cláusula 46. ^a - Subcontratação e cessão da posição contratual	43
Cláusula 47. ^a - Cessão da posição contratual por incumprimento do Empreiteiro	43
Cláusula 48. ^a - Contratos de seguro	44
Cláusula 49. ^a - Objeto dos contratos de seguro	45
Cláusula 50. ^a - Dever de Sigilo	46

Cláusula 51. ^a - Proteção de Dados Pessoais	46
Cláusula 52. ^a - Deveres de informação	47
CAPÍTULO III - OBRIGAÇÕES DO DONO DE OBRA	47
Cláusula 53. ^a - Licenças, Autorizações e Comunicações	47
Cláusula 54. ^a - Preço e condições de pagamento	48
Cláusula 55. ^a - Reforço de caução e Dedução e retenção nos pagamentos	49
Cláusula 56. ^a - Mora no pagamento	50
Cláusula 57. ^a - Responsabilidade do Dono da Obra	50
Cláusula 58. ^a - Revisão de preços	50
Cláusula 59. ^a - Expropriações, servidões e ocupação de prédios	51
Cláusula 60. ^a - Posse administrativa e constituição de servidões	51
CAPÍTULO IV - RECEPÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA OBRA	52
SUBSECÇÃO I – RECEPÇÃO PROVISÓRIA	52
Cláusula 61. ^a - Compilação Técnica	52
Cláusula 62. ^a - Receção Provisória	52
Cláusula 63. ^a - Auto de Receção Provisória	53
Cláusula 64. ^a - Realização dos Testes de Desempenho para Receção Provisória	55
Cláusula 65. ^a - Transferência de Propriedade e Risco da Empreitada	55
SUBSECÇÃO II – GARANTIA	56
Cláusula 66. ^a - Prazos de garantia	56
SUBSECÇÃO III – RECEPÇÃO DEFINITIVA E LIBERTAÇÃO DA CAUÇÃO, LIBERTAÇÃO DAS RETENÇÕES E DOS SEGUROS	57
Cláusula 67. ^a - Receção definitiva	57
Cláusula 68. ^a - Restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução	58
Cláusula 69. ^a - Execução da caução	58
CAPÍTULO V - VICISSITUDES CONTRATUAIS	59
Cláusula 70. ^a - Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados	59
Cláusula 71. ^a - Penalidades por atraso	59
Cláusula 72. ^a - Força Maior	59
Cláusula 73. ^a - Resolução do Contrato pelo Dono da Obra	61
Cláusula 74. ^a - Resolução do Contrato pelo Empreiteiro	61
Cláusula 75. ^a - Sanções Pecuniárias - Disposição Geral	61

Cláusula 76. ^a - Foro competente	62
Cláusula 77. ^a - Comunicações e notificações	62
Cláusula 78. ^a - Contagem dos prazos	63

DISPOSIÇÃO GERAIS DA EMPREITADA

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª - Objeto

1 - O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual designado “Concurso Público para a Empreitada de Conceção, Construção, Fornecimento e colocação em Serviço de uma Central de Produção de Hidrogénio Verde (GHPP) situada na Cidade de Seia.”

2 - A Empreitada é da categoria III e é definida, pela sua natureza, como uma obra de Instalações, Equipamentos e Sistemas, conforme o n.º 2 do artigo 1.º, e do Anexo II, todos da Portaria n.º 255/2023, de 07 de Agosto.

3 - As prestações objeto do Contrato incluirão todos os serviços, fornecimentos e trabalhos acessórios e conexos necessários à integral execução da Central de Produção, nomeadamente:

- a) A elaboração do Projeto de Execução, nos termos previstos no artigo 43.º, n.º 3, do CCP, com base no Programa Preliminar e Especificações Técnicas, anexos ao presente Caderno de Encargos;
- b) A Construção, Fornecimento e Colocação em Serviço de uma Central de Produção de Hidrogénio Verde, de acordo com os Anexos deste Caderno de Encargos;
- c) A ligação da Central Produtiva à Rede Elétrica de Serviço Público (“RESP”);

4 - O Empreiteiro será responsável por todas as comunicações, autorizações e licenças que, de acordo com a legislação aplicável, sejam da sua competência requerer e deverá prestar todo o apoio que se revele necessário ao Dono da Obra na obtenção das licenças que, de acordo com a legislação aplicável, sejam da responsabilidade deste.

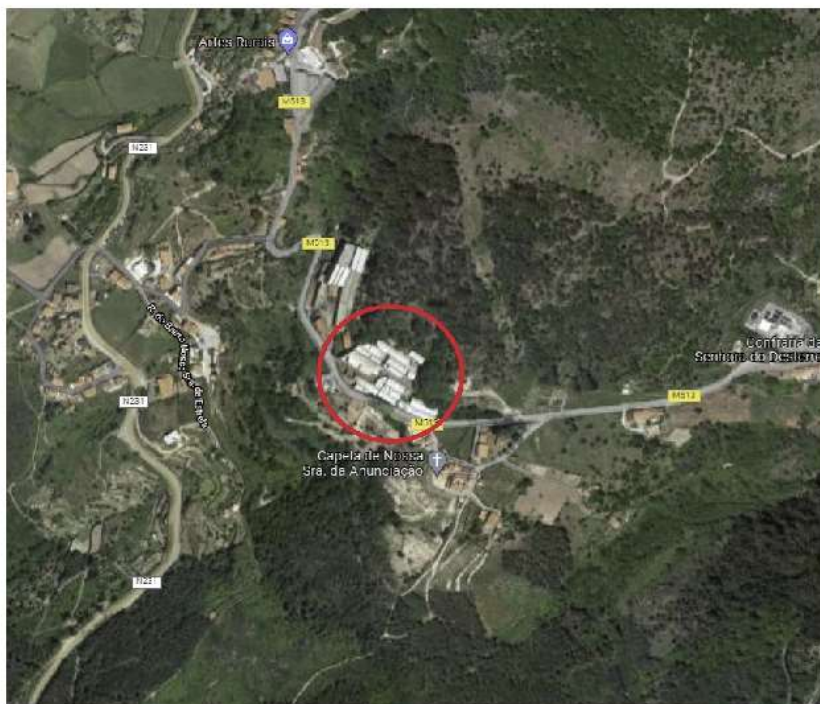
5 - Foi já emitido pela Câmara Municipal de Seia Parecer Prévio de Localização, indicando a viabilidade do projeto na localização pretendida, juntando-se este documento em anexo ao Programa Preliminar.

Cláusula 2.ª - Definições

1 - Para efeitos do presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, sempre que iniciados por maiúsculas, e salvo se do contexto resultar sentido claramente diferente, os termos abaixo indicados têm os seguintes significados:

- a) “Caderno de Encargos” – O presente documento e os respetivos anexos;
- b) “Código dos Contratos Públicos” ou “CCP” – O diploma aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação actual;
- c) “Contrato” – O contrato a celebrar entre a Entidade Adjudicante e o Adjudicatário, tendo por objeto a Empreitada de Conceção, Construção, Fornecimento e colocação em funcionamento da Central de Produção de Hidrogénio Verde, incluindo os respetivos anexos;

- d) “Coordenador do Projeto” – O coordenador do Projeto de Execução a ser identificado no Contrato, o qual deverá cumprir os requisitos e exercer as funções previstas na alínea i), do art. 1.º e no art. 8.º da Portaria n.º 255/2023;
- e) “Diretor de Obra” – O representante do Empreiteiro durante a execução do Contrato na parte referente à Empreitada, nos termos previstos na Cláusula 41.º do presente Caderno de Encargos;
- f) “Diretor de Fiscalização da Obra” – O representante do Dono da Obra durante a execução do Contrato, na parte referente à Empreitada, em todos os aspetos relacionados com a obra, nos termos previstos na Cláusula 37.º do presente Caderno de Encargos;
- g) “Entidade adjudicante” (no procedimento de celebração do contrato) ou “Dono da Obra” (na fase de execução do contrato) – A HEN-SERVIÇOS ENERGÉTICOS, LDA., sociedade comercial com o número único de pessoa coletiva 510287050, e matrícula na Conservatória do Registo Comercial da Guarda, com sede na Plataforma Logística de Incentiva Empresarial da Guarda (PLIE) Lote 3, 6300-070 Casal de Cinza
- h) “Adjudicatário” (no procedimento de celebração do contrato, após a decisão de adjudicação) ou “Empreiteiro” (na fase de execução do contrato) – a pessoa coletiva que cumpra os requisitos de habilitação necessários à realização da Empreitada;
- i) “Especificações Técnicas” – As especificações técnicas da Empreitada, com a definição das características exigidas para a obra e que constam do presente Caderno de Encargos, no seu Anexo I;
- j) “Estudo Prévio” – O conjunto de elementos elaborados pelo Adjudicatário e que integraram a Proposta adjudicada, que desenvolve as soluções aprovadas no Programa Preliminar e Especificações Técnicas, visando a opção pela solução que melhor se ajuste a tal programa e sendo constituído por peças escritas e desenhadas e por outros elementos informativos previstos no Programa do Procedimento e na legislação aplicável, de modo a possibilitar ao Dono da Obra a fácil apreciação das soluções propostas e o seu confronto com os elementos constantes do Programa Preliminar e Especificações Técnicas;
- k) “Licenças da responsabilidade do Dono da Obra” – A licença de construção ou comunicação prévia, conforme aplicável, as licenças ambientais exigíveis, emissão de gases, SIR, AIA, a licença de utilização e pedido de ligação à RESP, e o certificado de exploração a emitir pela DGEG;
- l) “Local da Obra” – O local onde a Empreitada será executada, sito no Parque Industrial da Abrunheira em Seia ocupando uma área de implementação de cerca de 37.583 m². A localização do projeto bem como as coordenadas de implantação da instalação de produção no sistema PT-TM06/ETRS89 encontram-se apresentadas na Figura 1.



- a) “Parecer de Localização” – Informação emitida pela Câmara Municipal de Seia, na sequência do Pedido de Informação Prévia, submetido pelo Dono da Obra, e que constitui Anexo ao Programa Preliminar;
- b) “Peças do Procedimento” – O anúncio, o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos;
- c) “Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição” ou “PPGRCD” - o plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, que deverá integrar o Projeto de Execução, a ser elaborado e executado pelo Empreiteiro e aprovado pelo Dono da Obra;
- d) “Plano de Pagamentos” – O plano contendo a previsão, quantificada e escalonada no tempo, do valor de cada uma das espécies de trabalhos a realizar pelo Empreiteiro, na periodicidade definida para os pagamentos a efetuar pelo Dono da Obra, de acordo com o Plano de Trabalhos a que diga respeito, a elaborar pelo Empreiteiro como documento integrante da proposta;
- e) “Plano de Segurança e Saúde” – o plano com medidas visando a salvaguarda da segurança e da saúde dos vários intervenientes na Empreitada que compete ao Empreiteiro desenvolver nos termos da legislação aplicável e do presente Caderno de Encargos;
- f) “Plano de Trabalhos” – O plano preparado pelo Empreiteiro destinado, com respeito pelo prazo de execução da obra, à fixação da sequência e dos prazos parciais de execução de cada uma das espécies de trabalhos previstas e à especificação dos meios com que o Empreiteiro se propõe executá-los;

- g) “Estudo Preliminar” – O documento fornecido pelo Dono da Obra para definição dos objetivos, características orgânicas e funcionais e Especificações Técnicas, que consta do Anexo II ao Caderno de Encargos;
- h) “Projeto de Execução” ou “Projeto” – O conjunto de elementos que resultar do desenvolvimento, pelo Empreiteiro, do Programa Preliminar e Especificações Técnicas, por forma a constituir um conjunto coordenado das informações escritas e desenhadas de fácil e inequívoca interpretação pelas entidades intervenientes na execução da obra, tal como está definido no artigo 1.º, al. y) e no art. 7.º Portaria n.º 255/2023, de 07 de Agosto;
- i) “Proposta” – A proposta adjudicada no âmbito do Procedimento;

2 - Os termos definidos no número anterior no singular podem ser utilizados no plural e vice-versa, com a correspondente alteração do respetivo significado, salvo se do contexto resultar claramente o inverso.

Cláusula 3.ª - Disposições por que se rege a execução do Contrato

1 - A execução do Contrato obedece:

- a) Às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
- b) Ao Código dos Contratos Públicos, doravante «CCP», aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com todas as alterações legais em vigor;
- c) À Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, que aprova o novo regime da atividade da construção e regula as atividades de Adjudicatário de obras públicas e particulares;
- d) À Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atualmente em vigor, que estabelece o regime jurídico da qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra;
- e) À Portaria n.º 255/2023, de 07 de Agosto;
- f) A toda a legislação em vigor para o sector da construção civil indicada pelo ACT, como seja o Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, e legislação complementar; a Portaria n.º 101/96, de 3 de abril, que regulamenta as prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais e postos de trabalho dos estaleiros temporários ou móveis; o Decreto n.º 46427, de 10 de julho de 1965, que aprova o Regulamento das Instalações Provisórias Destinadas ao Pessoal Empregado nas Obras; e Decreto n.º 41821/58, de 11 de Agosto que aprova o Regulamento de segurança no trabalho da construção civil;
- g) Ao Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, que aprova o Regime Geral da Gestão de Resíduos;
- h) Ao Despacho Normativo n.º 9/2014, de 31 de julho;

- i) À restante legislação e regulamentação aplicáveis, nomeadamente a que respeita à ocupação da via pública, à revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros; e,
- j) Às regras da arte.

2 - Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no Contrato:

- a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código;
- b) Os suprimimentos de erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP;
- c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- d) O Caderno de Encargos, incluindo os respetivos anexos;
- e) A Proposta adjudicada;
- f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário;
- g) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no Caderno de Encargos.

3 - A aprovação, pelo Dono da Obra, de qualquer documento submetido pelo Adjudicatário, não exonera este último do cumprimento de todas as obrigações especificadas nas disposições contratuais e legais aplicáveis.

4- A Fiscalização ou o Dono da Obra podem, em qualquer momento, exigir do Adjudicatário a comprovação do cumprimento das disposições contratuais e normativas aplicáveis.

Cláusula n.º 4 - Interpretação dos documentos que regem execução do Contrato

1 - No caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos nas alíneas b) a g) do n.º 2 da Cláusula anterior, prevalecem os documentos pela ordem que aí são indicados.

2 - Em caso de divergência entre o Caderno de Encargos e o Programa Preliminar e Especificações Técnicas, prevalece o primeiro quanto à definição das condições jurídicas e técnicas de execução da Empreitada e o segundo em tudo o que respeita à definição da própria obra.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas b) a g) do n.º 2 da Cláusula anterior e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Adjudicatário nos termos do artigo 101.º desse mesmo Código.

Cláusula n.º 5 - Esclarecimento de dúvidas

- 1 - Ultrapassada a fase de aprovação do projeto de execução, as dúvidas que o empreiteiro tenha na interpretação dos documentos por que se rege a empreitada devem ser submetidas ao diretor de fiscalização da obra antes do início da execução dos trabalhos a que respeitam.
- 2 - No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o empreiteiro submetê-las imediatamente ao diretor de fiscalização da obra, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.
- 3 - O incumprimento do disposto no número anterior torna o empreiteiro responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito, incluindo a demolição e reconstrução das partes da obra em que o erro se tenha refletido.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES DO EMPREITEIRO SECÇÃO I - CONCEPÇÃO

Cláusula n.º 6 - Projeto de Execução

- 1 - O projeto apresentado pelo empreiteiro, e aceite pelo dono da obra, constitui o projeto de execução a considerar para a realização da empreitada.
- 2 - O Projeto de Execução deve ser elaborado e organizado em conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente com o previsto na Portaria n.º 255/2023, de 07 de Agosto, ou em diploma que a substitua, e o constante do Contrato.
- 3 - A elaboração do projeto de execução obedece ainda aos requisitos constantes do artigo 43.º do CCP, devendo ser acompanhado, para além de outros elementos legalmente exigíveis de:
 - a) Descrição dos trabalhos preparatórios ou acessórios;
 - b) Memória descritiva e justificativa, incluindo a disposição e descrição geral da obra, evidenciando a justificação da implantação da obra e da sua integração nos condicionamentos locais existentes ou planeados;
 - c) Lista completa de todas as espécies de trabalhos necessárias à execução da obra a realizar e respetivo mapa de quantidades;
 - d) Orçamento baseado nas quantidades e qualidades de trabalho constantes das verificações/ medições;
 - e) Peças desenhadas de acordo com o estabelecido para cada tipo de obra na regulamentação aplicável, devendo conter as indicações numéricas indispensáveis e a representação de todos os pormenores necessários à perfeita compreensão, implantação e execução da obra;
 - f) Especificações técnicas do caderno de encargos;
 - g) Plano de Segurança e saúde em Projeto.

4 - Os elementos do projeto de execução que não tenham sido patenteados no procedimento devem ser submetidos à aprovação do dono da obra antes do início dos trabalhos e ser sempre assinados pelos seus autores, que devem possuir para o efeito, nos termos da lei, as adequadas qualificações académicas e profissionais.

5 - Compete ao empreiteiro a elaboração dos desenhos, pormenores e peças desenhadas do projeto de execução, bem como dos desenhos correspondentes às alterações surgidas no decorrer da obra.

6 - Até à data da receção provisória, o empreiteiro entrega ao dono da obra uma coleção atualizada de todos os desenhos referidos no número anterior, elaborados em transparentes sensibilizados de material indeformável e inalterável com o tempo, ou através de outros meios, desde que aceites pelo dono da obra.

Cláusula n.º 7 - Aprovação do Projeto de Execução

1. O Dono da Obra, representado pelo Gestor do Contrato, acompanhará a execução do Projeto de Execução, através de reuniões presenciais ou através de plataformas de comunicação à distância, com periodicidade a definir, obrigando-se o Adjudicatário a assegurar a presença do Coordenador de Projeto, acompanhado dos técnicos responsáveis pelas especialidades, nessas reuniões e em quaisquer outras que o Dono da Obra vier a marcar, com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias.
2. O Projeto de Execução e, bem assim, os elementos referidos no Programa Preliminar e Especificações Técnicas como integrando ou acompanhando o Projeto de Execução, estão sujeitos a aprovação, por escrito, do Dono da Obra.
3. Na hipótese de o Dono da Obra solicitar alterações, correções e/ou melhorias de modo que o Projeto cumpra o presente Caderno de Encargos e legislação aplicável, o Adjudicatário deverá proceder às alterações necessárias, no prazo máximo de 15 (quinze)
4. A aprovação deve ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da apresentação de todos os elementos que integram o Projeto de Execução.
5. A solicitação pelo Dono da Obra de esclarecimentos, correções, alterações e/ou melhorias ao Projeto de Execução apresentado tem por efeito a suspensão do prazo previsto no número anterior até que seja feita a correção ou prestado o esclarecimento.
6. O Projeto de Execução, depois de aprovado pelo Dono da Obra, não pode ser alterado sem a sua autorização, prévia e por escrito.
7. Sem prejuízo do disposto no artigo 378.º, n.º 2 do CCP quanto à responsabilidade do Dono da Obra por erros que tenham sido induzidos pelos elementos elaborados ou disponibilizados pelo mesmo, a aprovação do Projeto de Execução pelo Dono da Obra não acarreta, designadamente, qualquer responsabilidade para esta entidade nem liberta o Empreiteiro do cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato, da responsabilidade que lhe advenha da imperfeição desse Projeto ou dos estudos e projetos que lhe antecederam e que integram o Projeto, do mau funcionamento das obras, do incumprimento de normas

legais ou regulamentares aplicáveis ou das exigências das entidades licenciadoras/certificadoras, ficando este obrigado a introduzir todas as alterações que venham a ser exigidas pelas entidades competentes, designadamente as entidades licenciadoras, as entidades responsáveis pela emissão de pareceres e as entidades certificadoras dos projetos de especialidade.

8. O Empreiteiro só pode iniciar os trabalhos de construção:

- a) Depois de aprovado o Projeto de Execução pelo Dono da Obra, nos termos do n.º 5 da presente Cláusula, sem prejuízo de o Dono da Obra poder, a seu exclusivo critério, autorizar o início dos trabalhos em momento anterior à aprovação final da totalidade do Projeto de Execução;
- b) Depois de comprovada, pelo Dono da Obra, a celebração dos contratos de seguro que garantam uma efetiva e compreensiva cobertura dos riscos de construção, nos termos das Cláusulas 48.º e 49.º;
- c) Depois de obtidas/realizadas todas as licenças, autorizações e comunicações necessárias à execução dos trabalhos.

Cláusula 8.ª - Alterações ao Projeto de Execução

1. O Empreiteiro pode propor alterações ao Projeto de Execução aprovado, devendo para o efeito apresentar juntamente com as mesmas todos os elementos necessários à sua apreciação pelo Dono da Obra, nomeadamente:
 - a) Memória ou nota descritiva e explicativa da solução, com indicação de eventuais implicações nos prazos e custos;
 - b) Peças escritas e peças desenhadas, cálculos justificativos e especificações de qualidade da solução;
 - c) Propostas de alteração ao Plano de Trabalhos e ao Plano de Pagamentos que se revelem necessárias, observando-se o disposto nas Cláusulas 12.ª e 13.ª.
2. O Dono da Obra aprova ou rejeita a proposta de alterações ao Projeto de Execução por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
3. Não podem ser executados quaisquer trabalhos nos termos das alterações ao Projeto propostas pelo Empreiteiro sem que estas tenham sido expressamente aceites pelo Dono da Obra.
4. Sem prejuízo do disposto nos artigos 50.º e 378.º do CCP, o Dono da Obra tem o direito de exigir que o Empreiteiro, qualquer que seja a fase de execução do Projeto de Execução, proceda à eliminação de erros, deficiências ou omissões existentes nesse Projeto, ou a correções e alterações necessárias para efeitos de obtenção de licenciamento.
5. No caso referido no número 3, o Empreiteiro não tem direito a qualquer indemnização por quaisquer prejuízos que daí lhe advenham, nem a qualquer prorrogação dos prazos previstos no Contrato.

Cláusula 9.ª - Direitos de Autor

1. É garantida, nos termos da presente Cláusula, a salvaguarda dos direitos morais de autor e a divulgação, pelo Adjudicatário, dos estudos e projetos produzidos no âmbito do Contrato, nos termos da legislação aplicável.
2. Todos os elementos serão produzidos pelo Adjudicatário, mediante encomenda formulada pelo Dono da Obra, pelo que os inerentes direitos patrimoniais de autor serão, de acordo com o disposto no artigo 14.º, n.º 1, do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 63/85, de 14 de março, da titularidade originária do Dono da Obra.
3. O Adjudicatário aceita e reconhece que ao Dono da Obra assistirá o direito de usar e dispor de todos os documentos de natureza patrimonial adquiridos nos termos do número anterior, com exclusão dos direitos de natureza moral e intelectual, nos termos do artigo 56.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos.

Cláusula 10.ª - Transferência de Propriedade sobre o Projeto de Execução

1. Com a execução do serviço de elaboração do Projeto de Execução, ocorre a transferência da posse e da propriedade do mesmo para o Dono da Obra, sem prejuízo da titularidade originária dos direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar, nos termos da Cláusula anterior.
2. Pela cessão dos direitos a que se refere o número anterior, bem como pela definição da titularidade originária dos direitos de autor a favor do Adjudicatário nos termos da Cláusula 9ª supra, não é devida qualquer contrapartida além do preço contratual a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.

SECÇÃO II - EXECUÇÃO

SUBSECÇÃO I - PREPARAÇÃO E PLANEAMENTO DOS TRABALHOS

Cláusula 11.ª - Preparação e planeamento da execução da obra

1. O Empreiteiro é responsável:
 - a) Perante o Dono da Obra pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da Empreitada, ainda que em caso de subcontratação, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no Plano de Segurança e Saúde e no Plano de Gestão de Resíduos;
 - b) Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos

necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor, bem como pela elaboração do documento indicado na alínea f) do número 5 da presente Cláusula;

2. Compete ao Empreiteiro a disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos.
3. O equipamento e materiais a que se refere o número anterior deve satisfazer, quer quanto às suas características, quer quanto ao seu funcionamento, o estabelecido nas leis e regulamentos de segurança aplicáveis, assim como o previsto no Regulamento Geral do Ruído, devendo apresentar bom estado de conservação e de utilização.
4. O Empreiteiro realiza todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra, suportando os respetivos custos, designadamente:
 - a) Trabalhos de limpeza do Local da Obra, incluindo remoção de vegetação;
 - b) Trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro, sendo da sua responsabilidade a obtenção das autorizações ou licenças camarárias necessárias à implantação do estaleiro incluindo as correspondentes instalações, redes provisórias de abastecimento de água, de esgotos, de eletricidade e de meios de telecomunicações, vias internas de circulação, vias de circulação externas, protegidas contra riscos decorrentes da obra, e tudo o mais necessário à montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro (sempre que aplicável, o Adjudicatário está obrigado à obtenção de autorização dos proprietários dos terrenos necessários à implantação do(s) estaleiro(s), e consequentes autorizações ao abrigo da legislação vigente, previamente à respetiva implantação);
 - c) A limpeza do estaleiro, em particular no que se refere às instalações e aos locais de trabalho e de estadia do pessoal, deverá ser organizada de acordo com a regulamentação aplicável;
 - d) A conservação e a limpeza da obra e de eventuais vias afetadas, até à receção provisória total da obra;
 - e) Implantação da obra;
 - f) Trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respetivo local, incluindo o pessoal dos subempreiteiros e terceiros em geral, para evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho e de polícia das vias públicas;
 - g) Trabalhos de restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias que seja indispensável alterar ou destruir para a execução dos trabalhos e para evitar a estagnação de águas

que os mesmos possam originar;

- h) Trabalhos de construção e manutenção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste;
- i) A execução de obras provisórias temporárias – por forma a facilitar-se a execução das obras definitivas –, tais como rampas, poços, galerias, acessos, paredes, entivações, incluindo a sua subsequente eliminação, quando já não se revelem necessárias à continuação dos trabalhos;
- j) Obras para manutenção do tráfego em arruamentos ou vias rodoviárias interrompidas, ou o restabelecimento de itinerários provisórios, incluindo a adaptação e conservação dos respetivos pavimentos, bem como a adequada sinalização;
- k) Trabalhos de construção de vedações e iluminação, bem como a contratação de serviços de vigilância do estaleiro e restante área de construção;
- l) O transporte e remoção, para fora do Local da Obra ou para locais especificamente indicados no presente Caderno de Encargos, dos produtos de escavação ou resíduos de limpeza em conformidade com a legislação aplicável;
- m) Os trabalhos de escoamento de águas que afetem o estaleiro ou a obra, quer se trate de águas pluviais ou de esgotos, quer de águas de condutas, de valas, de rios ou outras;
- n) Trabalhos necessários para proceder a desvios e reposições de serviços afetados;
- o) Trabalhos respeitantes a condicionantes ambientais a serem respeitadas nos termos da legislação aplicável;
- p) A reposição dos locais onde se executaram os trabalhos em condições de não lesarem legítimos interesses ou direitos de terceiros ou a conservação futura da obra, assegurando o bom aspeto geral e a segurança dos mesmos locais;
- q) A construção/montagem, manutenção e demolição/desmontagem de zonas de lavagem de rodados de camiões e outros veículos, quer na zona do estaleiro e de implantação da obra, quer em eventuais estaleiros secundários e/ou zonas de depósito provisório de terras;
- r) Produção, montagem e colocação de painéis/suportes informativos para comunicação da obra na vedação com base em imagem (a cores) fornecida pelo Dono da Obra na consignação da obra;
- s) Desenvolvimento de todos os trâmites necessários à elaboração de quaisquer projetos, obtenção de licenças, taxas e mensalidades, resultantes, quer da ligação às redes, quer do licenciamento e fornecimento dos serviços relativos a proteções elétricas, águas, esgotos, telecomunicações e proteção contra incêndios, assim como de quaisquer ações de manutenção, recarga, ou de substituição, designadamente no que diz respeito a extintores por referência ao estaleiro;
- t) As instalações para o pessoal nos termos da legislação aplicável;

- u) A preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas de matéria ambiental, incluindo medidas de antipoluição do ar, água e solos, bem como de proteção das espécies arbóreas e arbustivas existentes;
 - v) A realização de todos os trabalhos que se revelarem necessários à proteção dos espaços consignados, nomeadamente no que se refere às condições climáticas adversas que possam surgir no decurso da Empreitada;
 - w) O estabelecimento de todos os contactos necessários com as entidades oficiais ao pedido de vistoria das instalações executadas, e sua ligação às redes públicas;
 - x) O acompanhamento das vistorias destinadas à aprovação das instalações executadas;
 - y) A introdução das correções, julgadas necessárias pelas entidades oficiais e que resultem de incumprimentos, por parte do Adjudicatário, para licenciamento das instalações executadas;
 - z) O Adjudicatário está obrigado a executar todos os trabalhos indispensáveis à perfeita realização e funcionalidade do objeto da Empreitada, ainda que não expressamente mencionados no Projeto de Execução.
5. A preparação e o planeamento da execução da obra compreendem ainda:
- a) A apresentação, pelo Empreiteiro ao Dono da Obra, de dúvidas relativas aos materiais, aos métodos e as técnicas a utilizar na execução da Empreitada;
 - b) O esclarecimento dessas dúvidas pelo Dono da Obra ou por entidade por este previamente indicada;
 - c) O estudo e definição, pelo Empreiteiro, dos processos de construção a adotar na realização dos trabalhos;
 - d) A aprovação, pelo Dono da Obra, do documento referido na alínea e);
 - e) A elaboração de documento do qual conste o desenvolvimento prático do Plano de Segurança e Saúde, nos termos da legislação aplicável, devendo analisar, desenvolver e complementar as medidas aí previstas e bem assim as constantes da estrutura do Programa Preliminar e Especificações Técnicas.
6. É da competência do Empreiteiro o desenvolvimento de todos os trâmites necessários à elaboração de quaisquer projetos, obtenção de licenças, taxas e mensalidades, resultantes, quer da ligação às redes, quer do licenciamento e fornecimento dos serviços relativos a proteções elétricas, águas, esgotos, telecomunicações e proteção contra incêndios, assim como de quaisquer ações de manutenção, recarga, ou de substituição, designadamente no que diz respeito a extintores.
7. A manutenção e a exploração das redes de água, de esgotos, de energia e de telecomunicações, bem como as diligências necessárias à obtenção das respetivas licenças, são da responsabilidade do

Empreiteiro, considerando-se os respectivos custos incluídos no preço proposto.

8. O cumprimento defeituoso de qualquer das obrigações, relativas à preparação e planeamento de todos os trabalhos, previstas na presente Cláusula, nomeadamente, a apresentação defeituosa ou incompleta de qualquer um dos documentos referidos no número anterior, equivale a incumprimento da respetiva obrigação, devendo o Empreiteiro reforçar os meios necessários à recuperação do prazo decorrente da falta de preparação e planeamento atempado, sem que daí lhe advenha o direito a qualquer compensação ou reequilíbrio.

Cláusula 12.^a - Plano de Trabalhos e Plano de Trabalhos Ajustado

1. O Plano de Trabalhos destina-se, com respeito pelos prazos de execução da obra fixados na Cláusula 17^a do presente Caderno de Encargos, à fixação da sequência e dos prazos parciais de execução de cada uma das espécies de trabalhos previstas e à especificação dos meios com que o Empreiteiro se propõe executá-los.
2. O Plano de Trabalhos, integrando os Planos de equipamento e de mão-de-obra e o Plano de Pagamentos, deve, designadamente, estipular o seguinte:
 - a) Definir, com precisão, os momentos de início e de conclusão do Projeto de Execução e da Empreitada; as datas dos prazos parcelares, bem como a sequência, o escalonamento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies de trabalho, distinguindo as fases que porventura se considerem vinculativas e a unidade de tempo que serve de base à programação;
 - b) Indicar as quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra necessária, em cada unidade de tempo, à execução da Empreitada;
 - c) Indicar as quantidades e a natureza do equipamento necessário, em cada unidade de tempo, à execução da Empreitada;
 - d) Conter, além dos Capítulos como atividades principais, os artigos mais significativos de cada Capítulo como atividades secundárias;
 - e) Indicar as datas de início e fim de cada atividade, sua duração e precedências entre as diversas atividades, respeitando os Objetivos de Execução Parcelar previstas na Cláusula 33^a;
 - f) Indicar as atividades críticas da obra;
 - g) Apresentar a semana como escala mínima da representação do tempo no gráfico de Gantt;
 - h) Estabelecer ligações coerentes entre atividades de trabalho assim como as relações de sequencialidade;
 - i) Especificar quaisquer outros recursos, exigidos ou não no presente Caderno de Encargos, que serão mobilizados para a realização da obra.

3. O Plano de Trabalhos compreende as prestações de conceção sob responsabilidade do Empreiteiro.
4. O Plano de mão-de-obra, elaborado em harmonia com o Plano de Trabalhos, deve ter uma distribuição diária, por categorias profissionais do Adjudicatário e dos terceiros.
5. O Plano de equipamentos, elaborado de harmonia com o Plano de Trabalhos, deve ter uma distribuição mensal.
6. No prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de celebração do Contrato, o Dono da Obra pode apresentar ao Empreiteiro um plano final de consignação, que densifique e concretize o plano inicialmente apresentado para efeitos de elaboração da Proposta.
7. No prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da notificação do plano final de consignação deve o Empreiteiro, quando tal se revelar necessário, apresentar, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 a 7 do artigo 361.º do CCP, o Plano de Trabalhos ajustado e o respetivo Plano de Pagamentos, observando na sua elaboração a metodologia fixada no presente Caderno de Encargos.
8. O Plano de Trabalhos ajustado não pode implicar a alteração do preço contratual, nem a alteração do prazo de execução da obra nem ainda alterações aos prazos parciais definidos no Plano de Trabalhos constante do Contrato, incluindo os Objetivos de Execução Parcelar previstas na Cláusula 33ª, para além do que seja estritamente necessário à adaptação do Plano de Trabalhos ao plano final de consignação.
9. O Plano de Trabalhos ajustado carece de aprovação pelo Dono da Obra, no prazo de cinco dias após a notificação do mesmo pelo Empreiteiro, equivalendo o silêncio a aceitação.
10. O procedimento de ajustamento do Plano de Trabalhos deve ser concluído antes da data da conclusão da consignação total ou da primeira consignação parcial.

Cláusula 13.ª - Plano de Pagamentos

1. O Plano de Pagamentos contém a previsão, quantificada e escalonada no tempo, do valor de cada uma das espécies de trabalhos a realizar pelo Empreiteiro, na periodicidade definida para os pagamentos a efetuar pelo Dono da Obra, de acordo com o Plano de Trabalhos a que diga respeito.
2. O Plano de Pagamentos é concluído para aprovação pelo Dono da Obra antes da data de conclusão da consignação total ou da primeira consignação parcial, não podendo traduzir-se em alterações dos valores globais para cada componente da obra apresentados em sede de apresentação de propostas.
3. Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de o Plano de Trabalhos em vigor ser alterado, por facto não imputável ao Empreiteiro e que se mostre devidamente justificado, deve este apresentar um Plano de Pagamentos adaptado ao novo Plano de Trabalhos, devendo o Dono da Obra pronunciar-se sobre a revisão do Plano de Pagamentos no prazo indicado no prazo de 5 (cinco) dias

após notificação do mesmo pelo Empreiteiro, equivalendo o silêncio a aceitação.

Cláusula 14.ª - Desvio do Plano de Trabalhos

1. Em caso de desvio do Plano de Trabalhos que, injustificadamente, ponha em risco o cumprimento do prazo de execução da obra ou dos respetivos prazos parcelares, o Dono da Obra pode notificar o Empreiteiro para apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, um Plano de Trabalhos modificado, adotando as medidas de correção que sejam necessárias à recuperação do atraso verificado.
2. Realizada a notificação prevista no número anterior, se o Empreiteiro não apresentar um Plano de Trabalhos modificado em moldes considerados adequados pelo Dono da Obra, este pode elaborar novo Plano de Trabalhos, acompanhado de uma memória justificativa da sua viabilidade, devendo notificá-lo ao Empreiteiro.
3. Caso se verifiquem novos desvios, seja relativamente ao Plano de Trabalhos modificado pelo Empreiteiro ou ao Plano de Trabalhos notificado pelo Dono da Obra nos termos do disposto no número anterior, e sem prejuízo do direito de resolução do Contrato, este pode tomar a posse administrativa da obra, bem como dos bens móveis e imóveis à mesma afetos, e executar a obra, diretamente ou por intermédio de terceiro, nos termos previstos nos n.ºs 2 a 4 do artigo 325.º, procedendo aos inventários, medições e avaliações necessários.
4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o Empreiteiro é responsável perante o Dono da Obra ou perante terceiros pelos danos decorrentes do desvio injustificado do Plano de Trabalho, quer no que respeita ao conteúdo da respetiva prestação quer no que respeita ao prazo de execução da obra.

Cláusula 15.ª - Plano de Segurança e Saúde

1. O Plano de Segurança e Saúde em Projeto deverá ser elaborado pelo Autor do projeto de execução, de acordo com o Programa Preliminar e Especificações Técnicas.
2. O Plano referido no número anterior – Plano de Segurança e Saúde em Projeto – deve ser reformulado pelo Empreiteiro em função da evolução do Projeto de Execução, em conformidade com a legislação aplicável.
3. O Plano reformulado nos termos do número anterior deverá ser desenvolvido para a Empreitada, especificado e complementado pelo Adjudicatário, conforme o prescrito no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, transformando-se assim, depois de aprovado pelo Dono da Obra nos termos indicados no artigo 12.º do diploma legal, em Plano de Segurança e Saúde para a Execução da Empreitada.

SUBSECÇÃO II – CONSIGNAÇÃO

Cláusula 16.^a - Consignação

1. A Consignação da Obra só pode ocorrer depois de comunicada ao Adjudicatário a aprovação, pelo Dono da Obra, do respetivo Plano de Segurança e Saúde, nos termos previstos na lei.
2. A Consignação da obra, cumprido o disposto no número anterior, será concluída, em prazo não superior a 8 dias após a assinatura do Contrato.
3. O Adjudicatário entregará ao Dono da Obra o Plano de Segurança e Saúde no prazo máximo de 5 dias a contar da data da assinatura do Contrato, de modo que aquele possa ser validado do ponto de vista técnico pelo Coordenador da Segurança em Obra, no prazo máximo de 3 (três) dias após a receção do mesmo, e, em sequência, aprovado pelo Dono da Obra, e feita a respetiva comunicação ao Adjudicatário.
4. Em caso de incumprimento por parte do Adjudicatário do estipulado no número anterior, será feita a consignação ou a primeira consignação parcial nesse prazo, apesar do Adjudicatário apenas poder iniciar os trabalhos após a comunicação de aprovação do Plano de Segurança e Saúde, por parte do Dono da Obra.
5. No caso previsto no número anterior, o Adjudicatário fica sujeito a multa, por atraso no início dos trabalhos da empreitada, conforme disposto no artigo 403.º, n.º 1, do CCP.
6. Caso se verifique a situação contemplada no n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, havendo lugar à aprovação meramente parcial do Plano de Segurança e Saúde para a Execução da Empreitada, deverá o Adjudicatário apresentar uma lista clara e exhaustiva dos trabalhos sobre os quais não estão disponíveis todas as informações necessárias à avaliação dos riscos e à identificação das correspondentes medidas preventivas, acompanhada das respetivas justificações.
7. A lista referida no número anterior será apresentada com um pedido de aprovação parcial do Plano de Segurança e Saúde, e deverá relacionar esses trabalhos com os artigos a que respeitam, com as Medições do Projeto, e com as respetivas datas de início previstas no Plano de Trabalhos (“Cronograma Detalhado dos Trabalhos”, segundo a terminologia do Anexo II do citado Decreto-Lei), integrante do mesmo Plano de Segurança e Saúde.
8. O “Cronograma Detalhado dos Trabalhos”, a apresentar no Plano de Segurança e Saúde para a Execução da Empreitada de acordo com o disposto no Anexo II do Decreto-lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, não poderá, em caso algum, subverter o Plano de Trabalhos a que se refere a Cláusula 12.^a do presente Caderno de Encargos.
9. O “Cronograma Detalhado dos Trabalhos” deverá garantir a inexistência de atividades simultâneas incompatíveis do ponto de vista da segurança.
10. À Consignação da Obra deverá comparecer obrigatoriamente o Representante do Adjudicatário com poderes para o efeito, nos termos estipulados no n.º 3 do artigo 359.º do CCP.

SUBSECÇÃO III - EXECUÇÃO DA EMPREITADA

Cláusula 17.^a - Prazo de Execução da Empreitada

1. O Empreiteiro obriga-se a:
 - a) Sem prejuízo do disposto na alínea c) infra quanto ao prazo para a conceção, iniciar a execução da Empreitada na data da conclusão da consignação total ou da primeira consignação parcial ou, ainda, na data em que o Dono da Obra comunique ao Empreiteiro a aprovação do Plano de Segurança e Saúde, caso esta última data seja posterior;
 - b) Cumprir o prazo global de execução da Empreitada (incluindo a conceção e a construção), incluindo solicitação da receção provisória, declarado na Proposta, contado nos termos do artigo 362.º do CCP;
 - c) Cumprir o prazo de execução de 360 (Trezentos e sessenta) dias após a assinatura do Contrato para a fase de conceção, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além do seu termo.
2. No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução de trabalhos em relação ao Plano de Trabalhos em vigor que sejam imputáveis ao Empreiteiro, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização da obra necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução.
3. Quando o Empreiteiro, por sua iniciativa, proceda à execução de trabalhos fora das horas regulamentares ou por turnos, sem que tal se encontre previsto no Caderno de Encargos ou resulte de caso de força maior, pode o Dono da Obra exigir-lhe o pagamento dos acréscimos de custos das horas suplementares de serviço a prestar pelos representantes da fiscalização.
4. Em nenhum caso serão atribuídos prémios ao Empreiteiro pela conclusão da obra em momento anterior aos prazos definidos nos números anteriores.

Cláusula 18.^a - Cumprimento do Plano de Trabalhos

1. O Empreiteiro informa, com a periodicidade máxima prevista no Programa Preliminar e Especificações Técnicas para a espécie de trabalho em causa ou outra que venha a ser fixada pela fiscalização, o Diretor de Fiscalização da Obra dos desvios que se verifiquem entre o desenvolvimento efetivo de cada uma das espécies de trabalho e as previsões do plano em vigor.
2. Quando os desvios assinalados pelo Empreiteiro, nos termos do número anterior, não coincidirem com os desvios reais, o Diretor de Fiscalização da Obra notifica-o dos que considera existirem.
3. No caso de o Empreiteiro retardar injustificadamente a execução dos trabalhos previstos no plano em vigor de modo a pôr em risco a conclusão da obra dentro do prazo contratual, é aplicável o disposto no n.º 1 da Cláusula 14.^a.

4. A periodicidade da informação relativa aos desvios poderá, por solicitação da Fiscalização ou do Dono da Obra, ser alterada, se tal for entendido como mais conveniente para o controlo do cumprimento do Plano de Trabalhos.

Cláusula 19.ª - Incumprimento e sanções por violação dos prazos contratuais

1. Em caso de atraso no início ou na conclusão dos trabalhos de execução da Empreitada, por facto imputável ao Adjudicatário, o Dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 2‰ (dois por mil) do preço contratual inicial.
2. Em caso de atraso no início ou na conclusão dos trabalhos de elaboração do Projeto de Execução por facto imputável ao Adjudicatário, o Dono da Obra pode aplicar uma multa contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1‰ (um por mil) do preço contratual inicial.
3. As penalidades aplicadas nos termos dos números anteriores ou de outras disposições do Contrato, serão consideradas créditos líquidos e exigíveis, ficando o Dono da Obra autorizado a compensar tais créditos com quaisquer dívidas que possa ter relativamente ao Adjudicatário, bem como a deduzir o seu valor às garantias oferecidas.
4. A aplicação das sanções far-se-á após exercício do direito de audiência prévia pelo Adjudicatário, mediante a dedução do seu valor nos pagamentos da Empreitada, podendo o Dono da Obra utilizar o valor das retenções da faturação ou proceder à execução das cauções prestadas para esse efeito.
5. Sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no número anterior, os custos decorrentes do incumprimento dos prazos contratuais da Empreitada imputável ao Adjudicatário serão da inteira responsabilidade do mesmo, sendo-lhe imputados, após o exercício do direito de audiência prévia, mediante a dedução do seu valor nos pagamentos da Empreitada, podendo o Dono da Obra utilizar o valor das retenções da faturação ou proceder à execução das cauções prestadas.

Cláusula 20.ª - Atos e direitos de terceiros

1. Sempre que o Empreiteiro tome conhecimento de que existe risco de a execução da obra sofrer atrasos, ou sempre que esse atraso se verifique, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, de num máximo de 24H a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, ou da possibilidade da sua verificação, informar, por escrito, o Diretor de Fiscalização da Obra, a fim de o Dono da Obra ficar habilitado a tomar as providências necessárias para diminuir ou recuperar tais atrasos ou para impedir a sua concretização.
2. No caso de os trabalhos a executar pelo Empreiteiro serem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o Empreiteiro, se disso tiver ou dever ter conhecimento,

comunica, antes do início dos trabalhos em causa, ou no decorrer destes, esse facto ao Diretor de Fiscalização da Obra, para que este possa tomar as providências que julgue necessárias perante entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.

Cláusula 21.^a - Condições gerais de execução dos trabalhos

1. A realização da Empreitada deve obedecer ao presente Caderno de Encargos e ao Projeto de Execução.
2. A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o Projeto, com o Caderno de Encargos e com as demais condições técnicas contratualmente estipuladas, de modo a assegurarem-se as características de resistência, durabilidade, desempenho e funcionamento especificadas nos mesmos documentos e, bem assim, os Valores Garantidos apresentados na Proposta.
3. Sempre que o presente Caderno de Encargos não defina as técnicas construtivas a adotar, fica o Adjudicatário obrigado a seguir, em tudo aquilo que seja aplicável aos trabalhos a realizar, as normas portuguesas, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais e as instruções de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes.
4. Sem prejuízo do disposto no n.º 1 da presente Cláusula, e independentemente das informações fornecidas nos documentos integrados no Contrato, assume-se que o Empreiteiro se inteirou material e localmente de todos os elementos necessários à elaboração do Projeto de Execução, e das condições de realização de todos os trabalhos referentes à Empreitada, tendo procedido a todas as avaliações, indagações e medições necessárias para o efeito, tendo inclusivamente procedido à verificação das estruturas e dos equipamentos existentes e de todos os factos e circunstâncias relevantes para desenvolvimento de todos os estudos, projetos e trabalhos objeto do Contrato.
5. Durante a fase de execução da obra, o Adjudicatário deverá efetuar, à sua conta, todos os reconhecimentos que entender necessários à cabal identificação das características técnicas, geológicas e geotécnicas das edificações existentes e dos terrenos onde decorrerá a obra. Os referidos reconhecimentos integram a obrigação de preparação e planeamento da Empreitada pelo Adjudicatário, sendo da sua responsabilidade os danos que eventualmente sejam causados pela falta, ou insuficiência, dos referidos reconhecimentos.
6. Se o Dono da Obra, ou a Fiscalização, verificarem que os trabalhos a cargo do Adjudicatário estão a ser deficientemente executados, ou não observam algumas das condições estabelecidas no Contrato ou no presente Caderno de Encargos, será emitida ordem de demolição, a qual indicará o prazo para a eliminação dos defeitos ou suprimento dos vícios da obra, sendo os custos respetivos da responsabilidade exclusiva do Adjudicatário.
7. O estipulado no número anterior não constitui motivo justificativo de qualquer prorrogação dos prazos de conclusão dos trabalhos, nem encargos para o Dono da Obra.
8. O Adjudicatário obriga-se a assegurar, até ao final do prazo de garantia, o bom comportamento dos materiais e dos equipamentos, e a boa e pontual execução dos trabalhos sob a sua responsabilidade.

Cláusula 22.^a - Especificações dos equipamentos, dos materiais e elementos de construção

1. Os equipamentos, materiais e elementos de construção a empregar na obra terão a qualidade, as dimensões, a forma e as demais características definidas no respetivo Projeto e nos restantes documentos contratuais, em especial no Programa Preliminar e Especificações Técnicas, com as tolerâncias regulamentares ou admitidas nestes documentos.
2. Sempre que o Programa Preliminar e Especificações Técnicas e o Projeto não fixem as respetivas características, o Empreiteiro não poderá empregar equipamentos, materiais ou elementos de construção que não correspondam às características da obra ou que sejam de qualidade inferior aos usualmente empregues em obras que se destinem a idêntica utilização.
3. No caso de dúvida quanto aos equipamentos, materiais e elementos de construção a empregar nos termos dos números anteriores, devem observar-se as normas portuguesas em vigor, desde que compatíveis com o direito comunitário, ou, na falta esta, as normas utilizadas na União Europeia.
4. Sem prejuízo do disposto nos artigos 50.º e 378.º do CCP quando aplicáveis, nos casos previstos nos n.ºs 2 e 3 da presente Cláusula, ou sempre que o Empreiteiro entenda que as características dos equipamentos, materiais e elementos de construção fixadas no Programa Preliminar e Especificações Técnicas, no Projeto ou nos restantes documentos contratuais não são tecnicamente aconselháveis ou as mais convenientes, o Empreiteiro comunicará o facto ao Dono da Obra e apresentará uma proposta de alteração fundamentada e acompanhada com todos os elementos técnicos necessários para a aplicação dos novos equipamentos, materiais e elementos de construção e para a execução dos trabalhos correspondentes.
5. A proposta prevista no número anterior deverá ser apresentada, sempre que possível, no período de preparação e planeamento da Empreitada e sempre de modo que as diligências de aprovação não comprometam o cumprimento do Plano de Trabalhos.
6. Se o Dono da Obra, no prazo de 15 (quinze) dias, não se pronunciar sobre a proposta e não determinar a suspensão dos respetivos trabalhos, o Empreiteiro utilizará os equipamentos, materiais e elementos de construção previstos no Programa Preliminar e Especificações Técnicas, no Projeto e nos restantes documentos contratuais.
7. Todos os materiais, produtos e equipamentos a fornecer deverão ser novos, não usados, devendo ser apresentados nas embalagens de origem, devidamente etiquetados e rotulados, e apresentar a qualidade e as características definidas nas fichas técnicas do fabricante com as tolerâncias normativas ou admitidas nos documentos referidos no n.º 1 da presente Cláusula.
8. A referência, no presente Caderno de Encargos, a quaisquer marcas comerciais ou industriais, de patentes ou modelos, ou de uma origem de produção determinada, deverão ser consideradas como meramente indicativas, interpretando-se sempre como admitindo outras equivalentes, nos termos do artigo 49.º do CCP.
9. Sem prejuízo do que for exigido nas Especificações Técnicas do Projeto de Execução, todos os equipamentos a

fornecer têm de ter afixada a marcação CE, em local bem visível, e legível, bem como a respetiva declaração de conformidade CE passada pelo fabricante, ou seu mandatário, conforme exigido pelo Regulamento n.º 305/2011, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 09 de março de 2011, e pelo Decreto-lei n.º 130/2013, de 10 de setembro.

Cláusula 23.ª - Aprovação de equipamentos, materiais e elementos de construção

1. Por forma a verificar a conformidade das características dos equipamentos, materiais e elementos de construção a aplicar com as estabelecidas no Projeto e nos documentos contratuais, o Empreiteiro submetê-los-á à aprovação do Dono da Obra.
2. O pedido de aprovação indicado no número anterior deverá ser apresentado, preferencialmente, no período de preparação e planeamento da Empreitada, e sempre de modo que as diligências de aprovação não comprometam o cumprimento do Plano de Trabalhos, nem o prazo em que o Dono da Obra se deverá pronunciar.
3. A referida aprovação considerar-se-á concedida se o Dono da Obra não se pronunciar nos 15 (quinze) dias subsequentes, exceto no caso de serem exigidos testes ou ensaios que impliquem o alargamento deste prazo.
4. Qualquer aprovação de materiais ou equipamentos por parte do Dono da Obra não poderá servir como fundamento para a exclusão ou diminuição das garantias de funcionalidade e de desempenho (performance) exigidas e a serem verificadas para a obra, nomeadamente, os Valores Garantidos declarados pelo Empreiteiro na sua Proposta e as constantes do Programa Preliminar e Especificações Técnicas e do Programa do Procedimento.
5. O Empreiteiro é obrigado a fornecer ao Dono da Obra as amostras de materiais e elementos de construção que este lhe solicitar.
6. A colheita e remessa das amostras deverão ser feitas de acordo com as normas oficiais em vigor ou outras que sejam contratualmente impostas.
7. Salvo disposição em contrário, os encargos com a realização dos ensaios correrão por conta do Empreiteiro.
8. Os equipamentos, materiais ou elementos de construção sujeitos a homologação ou classificação obrigatórias só poderão ser aceites quando acompanhados do respetivo documento de homologação ou classificação, emitido por laboratório oficial, mas nem por isso ficarão isentos dos ensaios previstos no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 24.ª - Reclamação contra a não aprovação de materiais e elementos de construção

1. Se for negada a aprovação dos equipamentos, materiais e elementos de construção e o Empreiteiro entender que a mesma devia ter sido concedida pelo facto de estes satisfazerem as condições contratuamente estabelecidas, este poderá pedir a imediata colheita de amostras e apresentar ao Dono da Obra reclamação fundamentada no prazo de 10 (dez) dias.
2. A reclamação considera-se deferida se o Dono da Obra não notificar o Empreiteiro da respetiva decisão nos 15 (quinze) dias subsequentes à sua apresentação, exceto no caso de serem exigidos novos ensaios que impliquem o alargamento deste prazo.
3. Os encargos com os novos ensaios a que a reclamação do Empreiteiro dê origem serão suportados pela parte que decair.

Cláusula 25.ª - Aplicação dos equipamentos, materiais e elementos de construção

Os equipamentos, materiais e elementos de construção devem ser aplicados pelo Empreiteiro em absoluta conformidade com as especificações técnicas contratuamente estabelecidas e no Projeto, seguindo-se, na falta de tais especificações, as normas oficiais em vigor ou, se estas não existirem, os processos propostos pelo Empreiteiro e aprovados pelo Dono da Obra.

Cláusula 26.ª - Substituição de equipamentos, materiais e elementos de construção

1. Serão rejeitados, removidos para fora do local dos trabalhos e substituídos por outros com os necessários requisitos, os equipamentos, materiais e elementos de construção que:
 - a) Sejam diferentes dos previstos contratuamente ou aprovados;
 - b) Não sejam aplicados em conformidade com as especificações técnicas contratuamente exigidas, as do Projeto ou, na falta destas, com as normas ou processos a observar e que não possam ser utilizados de novo.
2. As demolições e a remoção e substituição dos equipamentos, materiais e elementos de construção serão da responsabilidade do Empreiteiro.
3. Se o Empreiteiro entender que não se verificam as hipóteses previstas no n.º 1 desta Cláusula, poderá pedir a colheita de amostras e reclamar.

Cláusula 27.^a - Depósito de equipamentos, materiais e elementos de construção não destinados à obra

1. O Empreiteiro assegurará a conservação dos equipamentos, materiais e elementos de construção durante o seu armazenamento ou depósito e respeitará a legislação aplicável.
2. O Empreiteiro não poderá depositar no estaleiro, sem autorização do Dono da Obra, equipamentos, materiais e elementos de construção que não se destinem à execução dos trabalhos da Empreitada.

Cláusula 28.^a - Trabalhos Complementares

1. Só pode ser ordenada, pelo Dono da Obra, a execução de trabalhos complementares verificados que estejam os pressupostos previstos no n.º 2 do artigo 370.º do CCP e cujo valor não pode exceda, de forma acumulada, 50% do preço contratual inicial.
2. O Empreiteiro não está sujeito à obrigação prevista no número anterior quando opte por exercer o direito de resolução do Contrato nos termos legais, quando entenda não estarem reunidos os pressupostos previstos no n.º 2 do artigo 370.º do CCP ou quando, sendo os trabalhos complementares de espécie diferente dos previstos no Contrato ou da mesma espécie de outros nele previstos, mas a executar em condições diferentes, o Empreiteiro não disponha dos meios humanos ou técnicos indispensáveis para a sua execução, aplicando-se, nos últimos dois casos de recusa de execução dos trabalhos complementares o disposto no artigo 372.º do CCP.
3. O preço a pagar pelos trabalhos complementares e o respetivo prazo de execução são fixados nos seguintes termos:
 - a) Tratando-se de trabalhos da mesma espécie de outros previstos no Contrato e a executar em condições semelhantes, são aplicáveis o preço contratual e os prazos parciais de execução previstos no Plano de Trabalhos para essa espécie de trabalhos;
 - b) Tratando-se de trabalhos de espécie diferente ou da mesma espécie de outros previstos no Contrato, mas a executar em condições diferentes, deve o Empreiteiro apresentar uma proposta de preço e de prazo de execução.
4. Nos casos previstos na alínea b) do número anterior, o Empreiteiro deve apresentar ao dono da obra uma proposta de preço e de prazo de execução dos trabalhos complementares, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da receção do pedido para a sua apresentação.
5. O Dono da Obra dispõe de 15 (quinze) dias para se pronunciar sobre a proposta do Empreiteiro, podendo, em caso de não-aceitação da mesma, apresentar uma contraproposta.
6. Se o Dono da Obra não efetuar nenhuma comunicação ao Empreiteiro dentro do prazo previsto no número anterior, considera-se que a proposta deste foi aceite.

7. Sem prejuízo do disposto no artigo 372.º do CCP, enquanto não houver acordo sobre todos ou alguns preços ou sobre o prazo de execução, os trabalhos respetivos são executados e pagos com base na contraproposta do Dono da Obra, efetuando-se, se for caso disso, a correspondente correção, acrescida, no que respeita aos preços, dos juros de mora devidos, logo que haja acordo ou determinação judicial ou arbitral sobre a matéria.
8. Quando haja lugar à execução de trabalhos complementares, o prazo de execução da obra é proporcionalmente prorrogado de acordo com os prazos definidos nos termos do disposto nos números 3 a 7, exceto quando estejam em causa trabalhos complementares cuja execução não prejudique o normal desenvolvimento do Plano de Trabalho.
9. Definidos todos os termos e condições a que deve obedecer a execução dos trabalhos complementares, o Dono da Obra e o Empreiteiro devem proceder à respetiva formalização por escrito.

Cláusula 29.ª - Responsabilidade por Trabalhos Complementares e Erros ou omissões

1. Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o Dono da Obra é responsável pelo pagamento dos trabalhos complementares cuja execução ordene ao Empreiteiro.
2. O Empreiteiro é responsável pelos trabalhos complementares que tenham por finalidade o suprimento dos erros e omissões do Projeto de Execução, exceto quando estes sejam induzidos pelos elementos elaborados ou disponibilizados pelo Dono da Obra.
3. O Empreiteiro é responsável por metade do valor dos trabalhos complementares que tenham por finalidade o suprimentos de erros ou omissões das Peças do Procedimento que pudessem ser detetados na fase de formação do Contrato nos termos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 50.º do CCP, exceto pelos que hajam sido identificados pelos interessados mas não tenham sido expressamente aceites pelo Dono da Obra.
4. Aos demais casos de erros e omissões aplica-se o disposto no CCP.

Cláusula 30.ª - Trabalhos a menos

1. Salvo em caso de impossibilidade de cumprimento, o Empreiteiro só pode deixar de executar quaisquer trabalhos previstos no Contrato desde que o Dono da Obra emita uma ordem com esse conteúdo, especificando os trabalhos a menos.
2. O preço correspondente aos trabalhos a menos é deduzido ao preço contratual, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.
3. Quando, por virtude da ordem de supressão de trabalhos ou de outros atos ou factos imputáveis ao Dono da Obra, os trabalhos executados pelo Empreiteiro tenham um valor inferior em mais de 20% ao preço contratual inicial, este tem direito a uma indemnização correspondente a 10 % do valor da diferença

verificada.

4. A indemnização prevista no número anterior é liquidada na conta final da Empreitada e corresponde à única compensação para o Empreiteiro em caso de redução dos trabalhos por iniciativa do Dono da Obra, independentemente do volume e valor dos trabalhos subtraídos, não podendo aquele resolver o Contrato.

Cláusula 31.ª - Menções obrigatórias no local dos trabalhos

1. Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o Empreiteiro deve afixar no local dos trabalhos, de forma visível, a identificação da obra, do Dono da Obra e do Empreiteiro, com menção do respetivo alvará ou número de título de registo ou dos documentos a que se refere a Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, e manter cópia dos alvarás ou títulos de registo dos subcontratados ou dos documentos previstos na referida portaria, consoante os casos.
2. O Empreiteiro deve ter patente no Local da Obra, em bom estado de conservação, o livro de registo da obra e um exemplar do Projeto, do Caderno de Encargos, do clausulado contratual e dos demais documentos a respeitar na execução da Empreitada, com as alterações que neles hajam sido introduzidas.
3. O Empreiteiro obriga-se também a ter patente no Local da Obra o horário de trabalho em vigor, bem como a manter, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.
4. Nos estaleiros de apoio da obra devem igualmente estar patentes os elementos do Projeto respeitantes aos trabalhos aí em curso.

Cláusula 32.ª - Ensaios e Testes

1. Os ensaios e testes a realizar na obra ou em partes da obra para verificação das suas características, comportamentos, funcionamento e desempenho, designadamente o cumprimento dos Valores Garantidos são os especificados no presente Caderno de Encargos (incluindo em especial o Programa Preliminar e Especificações Técnicas), no Projeto e os previstos nos regulamentos em vigor, constituindo, em qualquer caso, encargo do Empreiteiro.
2. Os ensaios e testes devem ser realizados sempre na presença do Dono da Obra e/ou da Fiscalização, pelo que deverão ser notificados à Fiscalização com, pelo menos, 5 (cinco) dias de antecedência para a data da respetiva realização.
3. Quando o Dono da Obra tiver dúvidas sobre a qualidade dos trabalhos ou equipamentos, pode exigir a realização de quaisquer outros ensaios e testes que se justifiquem, para além dos previstos.
4. No caso de os resultados dos ensaios e testes referidos no número anterior se mostrarem insatisfatórios e as deficiências encontradas forem da responsabilidade do Empreiteiro, as despesas com os mesmos

ensaios e testes e com a reparação daquelas deficiências ficarão a seu cargo, sendo, no caso contrário, de conta do Dono da Obra.

Cláusula 33.^a - Medições e Objetivos de Execução Parcelar

1. As medições e verificações de todos os trabalhos executados, incluindo os trabalhos não previstos no Projeto e os trabalhos não devidamente ordenados pelo Dono da Obra correspondentes a cada Objetivo de Execução Parcelar, compete ao Dono da Obra e são feitas no Local da Obra com a colaboração do Empreiteiro e são formalizados em auto.
2. Os Objetivos de Execução Parcelar serão confirmadas através de autos de medição correspondentes à valorização dos trabalhos realizados em cada Objetivo, sem prejuízo do disposto na Cláusula 54.^a quanto aos pagamentos a realizar em cada Objetivo de Execução Parcelar:

Objetivo A - Execução do Projeto de Execução, aprovação pelo Dono da Obra e seu controlo prévio municipal (licença de construção ou comunicação prévia, consoante aplicável);

Objetivo B - Execução dos trabalhos de preparação de terrenos, maciços de fixação dos equipamentos regularização do solo/pavimento, e vedações;

Objetivo C - Entrega e montagem dos eletrolisadores contentorizados com todos os sistemas auxiliares no interior dos contentores;

Objetivo D - Entrega e montagem das unidades de armazenagem fixa intercalar e das unidades de compressão;

Objetivo E - Construção das unidades de transformação de tensão elétrica, da linha elétrica de interligação ao ponto de receção de energia na RESP

Objetivo F - com a finalização da montagem dos restantes sistemas, nomeadamente, a armazenagem amovível, dos tanques de água bruta e de recolha de águas residuais, bem como de todos os sistemas auxiliares previstos no Projeto de Execução e todos os demais sistemas elétricos (sistemas elétrico), mecânicos (sistemas mecânico), estruturas metálicas e circuitos de fluidos, contentores necessários ao alojamento dos equipamentos e funções de operação e controlo, oficinais, administrativas, sociais, drenagem de águas residuais, sistemas de controlo e instrumentação e comissionamento a frio (anterior à energização da GHPP e colocação em serviço);

Objetivo G (receção provisória) - Finalização do comissionamento a quente (após a energização e colocação em serviço), aprovação pelo Dono da Obra dos Testes de Desempenho para Receção Provisória e receção provisória da obra;

Objetivo H (receção definitiva) - Aprovação pelo Dono da Obra dos Testes de Desempenho para Receção Definitiva e receção definitiva da obra.

3. Com exceção dos Objetivos A, F, G e H, os trabalhos poderão ser executados em ordem diversa da expressa no número anterior, nos termos do Plano de Trabalhos aprovado pelo Dono da Obra.
4. Os critérios a seguir na medição dos trabalhos serão os estabelecidos no Programa Preliminar e Especificações Técnicas e nas normas de medição aprovadas pelo Dono da Obra.
5. Se os documentos referidos no número anterior não fixarem os critérios de medição a adotar, observar-se-ão para o efeito, pela seguinte ordem de prioridade:
 - a) As normas oficiais de medição que porventura se encontrem em vigor;
 - b) As normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
 - c) Os critérios geralmente utilizados ou, na falta deles, os que forem acordados entre o Dono da Obra e o Empreiteiro.
6. Cada auto de medição deve referir todos os trabalhos constantes do Plano de Trabalhos que tenham sido concluídos por referência a cada Objetivo de Execução Parcelar, sendo a sua aprovação pelo Diretor de Fiscalização da Obra condicionada à realização completa daqueles.
7. Feita a medição, elabora-se a respetiva conta corrente, no prazo de 10 (dez) dias, com especificação das quantidades de trabalhos apuradas, dos respetivos preços unitários, do total creditado, dos descontos a efetuar, dos adiantamentos concedidos ao Empreiteiro e do saldo a pagar a este.
8. A conta corrente e os demais documentos que constituem a situação de trabalhos devem ser verificados e assinados pelo Empreiteiro, ficando um duplicado na posse deste.
9. Quando considerar que existe algum erro em qualquer dos documentos referidos no número anterior, o Empreiteiro deve apresentar a correspondente reserva no momento da sua assinatura, sendo aplicável o disposto no artigo 345.º do CCP.
10. Se, até à conclusão da obra, forem detetados erros ou faltas em qualquer auto de medição anteriormente lavrado, a correção deve ser efetuada no auto de medição imediatamente posterior pelo Dono da Obra caso este e o Empreiteiro estejam de acordo em relação ao objeto e às quantidades a corrigir.
11. A correção da medição é refletida na conta corrente elaborada no auto seguinte.
12. Quando seja impossível a realização da medição nos termos do n.º 2 do presente artigo e, bem assim, quando o Dono da Obra, por qualquer motivo, deixe de fazê-la, aplicar-se o disposto no artigo 391.º do CCP.

Cláusula 34.ª - Execução simultânea de outros trabalhos no Local da Obra

1. O Dono da Obra reserva-se o direito de executar ele próprio ou de mandar executar por outrem, conjuntamente com os da presente Empreitada e na mesma obra, quaisquer trabalhos não incluídos no Contrato, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados, não sendo o Adjudicatário titular de qualquer direito a ser indemnizado ou compensado por força da realização simultânea de outros trabalhos.
2. Os trabalhos referidos no número anterior são executados em colaboração com o Diretor de Fiscalização da Obra, de modo a evitar atrasos na execução do Contrato ou outros prejuízos.
3. Quando o Empreiteiro considere que a normal execução da Empreitada está a ser impedida ou a sofrer atrasos em virtude da realização simultânea de trabalhos no Local da Obra, deve apresentar a sua reclamação no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da ocorrência, a fim de serem adotadas pelo Dono da Obra as providências adequadas à diminuição ou eliminação dos prejuízos resultantes da realização daqueles trabalhos.

Cláusula 35.ª - Outros encargos do Empreiteiro

1. Correm inteiramente por conta do Empreiteiro a reparação e a indemnização de todos os prejuízos, materiais, corporais ou morais, que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos pelo Dono da Obra ou por terceiros até à receção definitiva dos trabalhos em consequência do modo de execução destes últimos, da atuação do pessoal do Empreiteiro ou dos seus subempreiteiros e fornecedores e do deficiente comportamento ou da falta de segurança das obras, materiais, elementos de construção e equipamentos.
2. São da responsabilidade do Empreiteiro as indemnizações devidas por todos os acidentes ou danos acontecidos na obra objeto da Empreitada, durante a sua fase de execução, a qual se conclui com a receção provisória da totalidade dos trabalhos.
3. O Adjudicatário é o único responsável perante o Dono da Obra pelos atrasos verificados na obra, em consequência de sanções aplicadas pelas autoridades competentes por falta de cumprimento das disposições aplicáveis.
4. Constituem igualmente encargos do Empreiteiro a celebração dos contratos de seguros indicados no Caderno de Encargos, a constituição das cauções exigidas no Programa do Procedimento e as despesas inerentes à celebração do Contrato.
5. Constituem ainda obrigações e encargos do Empreiteiro a introdução das correções, julgadas necessárias pelas entidades oficiais, para licenciamento das instalações executadas.

Cláusula 36.ª - Direção de Obra e Representação do Empreiteiro

1. Durante a execução da Empreitada, o Empreiteiro é representado por um Diretor de Obra – salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação diversa no Caderno de Encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação – apresentado, pelo Adjudicatário, na Proposta e cuja identificação constará do Contrato.
2. As ordens, os avisos e as notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução da Empreitada são dirigidos diretamente ao Diretor de Obra.
3. O Diretor de Obra deve acompanhar assiduamente os trabalhos, e estar sempre presente no Local da Obra.
4. O Diretor de Obra terá as responsabilidades e deveres enunciados no artigo 14.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual, e os previstos no presente Caderno de Encargos.
5. A alteração do Diretor de Obra carece de autorização prévia do Dono da Obra e depende, em qualquer caso, da verificação dos requisitos técnicos apresentados na Proposta e que foram objeto de avaliação.
6. O Dono da Obra poderá impor a substituição do Diretor de Obra, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito, com base em razões objetivas e ou inerentes à atuação profissional do Diretor de Obra.
7. Na ausência ou impedimento do Diretor de Obra, devidamente fundamentados, o Empreiteiro é representado por quem aquele indicar para esse efeito, devendo estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante o Diretor de Fiscalização da Obra, pela marcha dos trabalhos.

Cláusula 37.ª - Representação do Dono da Obra

1. Durante a execução da Empreitada, o Dono da Obra é representado pelo Diretor de Fiscalização da Obra, em todos os aspetos relacionados com a obra, e pelo Gestor do Contrato para a fase da Empreitada, em todos os outros aspetos da execução do Contrato na fase da execução da Empreitada, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no Caderno de Encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.
2. O Diretor de Fiscalização da Obra tem poderes de representação do Dono da Obra em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo Empreiteiro nesse âmbito, excetuando as matérias de modificação, resolução ou revogação do Contrato.
3. Sem prejuízo de outras limitações previstas no Contrato, o Gestor do Contrato não tem poderes de representação do Dono da Obra em matéria de modificação, resolução ou revogação do Contrato.

4. Na ausência ou impedimento do Diretor de Fiscalização de Obra e/ou do Gestor de Contrato, o Dono da Obra é representado por quem aqueles indicarem para esse efeito.
5. A Fiscalização da obra será exercida por entidade a indicar pelo Dono da Obra.
6. A obra e o Adjudicatário ficam também sujeitos à fiscalização que, nos termos da lei, incumba a outras entidades.
7. O Adjudicatário será sempre responsável pelo pagamento dos acréscimos de custo das horas suplementares de serviço a prestar pela Fiscalização, quando, por sua iniciativa, proceda à execução de trabalhos fora das horas regulamentares, ou por turnos, ainda que o tenha previsto na Proposta, devendo dar conhecimento prévio à Fiscalização, que, por sua vez, informará o Dono da Obra para aprovação.
8. Compete igualmente ao Adjudicatário suportar os custos da Fiscalização para acompanhamento dos trabalhos de correção de deficiências ou trabalhos em falta, após a vistoria para efeitos de receção provisória, e durante o período de garantia.
9. Os custos a suportar pelo Adjudicatário ser-lhe-ão imputados, mensalmente, através de dedução nos respetivos pagamentos, tendo em conta o valor hora da equipa de Fiscalização, constante do contrato celebrado com a mesma e respetivos acréscimos legais. O Dono da Obra, por sua vez, efetuará o pagamento ao Prestador de Serviços da Fiscalização.

SUBSECÇÃO IV - PESSOAL E OUTRAS OBRIGAÇÕES DO EMPREITEIRO

Cláusula 38.ª - Meios humanos e deveres relativos aos colaboradores

1. O Adjudicatário obriga-se a afetar todos os meios humanos, materiais e informáticos e, bem assim equipamentos, que sejam necessários e adequados, ao cumprimento das prestações objeto do Contrato.
2. Os colaboradores a que o Adjudicatário recorra ficarão sujeitos à fiscalização, direção e autoridade do mesmo, ficando este comprometido a assegurar o cumprimento de todas as normas legais, regulamentares e convencionais aplicáveis à relação estabelecida com esses colaboradores, designadamente as relativas à entrada e permanência de estrangeiros no território da jurisdição aplicável ao Contrato, sendo o único e integral responsável pelas obrigações que para si resultem da legislação aplicável.
3. O Adjudicatário é responsável por todos os trabalhos ou serviços prestados, independentemente do seu concreto e efetivo executante, responsabilizando-se por todos os atos e/ou omissões dos executantes, e pelos incumprimentos contratuais decorrentes de conduta dos mesmos ou de terceiros que use no âmbito do Contrato, devendo também assegurar o cumprimento de todas as normas legais, regulamentares e convencionais aplicáveis à relação que estes estabeleçam com os colaboradores que afetem aos trabalhos e serviços objeto do Contrato.

4. O Adjudicatário é exclusiva e integralmente responsável pelas prestações, custos e despesas referentes aos colaboradores, incluindo, nomeadamente, obrigações salariais, tributárias, de segurança social, de seguros, subsídios, indemnizações (designadamente, pela cessação de relações laborais), promoção de higiene, segurança e saúde no trabalho, e quaisquer outras decorrentes da legislação aplicável.

Cláusula 39.ª - Obrigações gerais

1. São da exclusiva responsabilidade do Empreiteiro as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da Empreitada, designadamente ao registo de pessoal, à sua aptidão profissional, condições de trabalho, remuneração, organização do tempo de trabalho, disciplina, nacionalidade, idade, direitos e garantias conferidos aos trabalhadores, incluindo, os referentes a remuneração, proteção da segurança e saúde no trabalho, assistência em caso de doença ou de acidente de trabalho, competindo-lhe ainda assegurar a identificação de todo o pessoal em obra efetuando o respetivo controlo de acesso.
2. O Empreiteiro deve manter a boa ordem no local dos trabalhos, devendo retirar do local dos trabalhos, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem do Dono da Obra, o pessoal que haja tido comportamento perturbador dos trabalhos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respetivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes do Dono da Obra, do Empreiteiro, dos subempreiteiros ou de terceiros.
3. A ordem referida no número anterior deve ser fundamentada por escrito quando o Empreiteiro o exija, mas sem prejuízo do imediato afastamento dos recursos humanos em causa.
4. As quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra aplicada na Empreitada devem estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, tendo em conta o respetivo Plano de Trabalhos.

Cláusula 40.ª - Horário de trabalho

1. O Adjudicatário obriga-se a manter, no Local da Obra, o horário de trabalho em vigor, devendo cumprir com as normas legais e regulamentares aplicáveis.
2. O Adjudicatário terá sempre no Local da Obra, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.
3. O Empreiteiro pode realizar trabalhos fora do horário de trabalho, ou por turnos, desde que, para o efeito, obtenha autorização do Dono da Obra e da entidade competente, se necessária, nos termos da legislação aplicável, devendo dar a conhecer, por escrito, com antecedência suficiente, o respetivo programa ao Diretor de Fiscalização da Obra.
4. A não obtenção da autorização mencionada no número anterior não confere ao Adjudicatário qualquer direito em obter a prorrogação dos prazos de execução da Empreitada.

5. Todos os encargos resultantes da realização de trabalhos fora do horário de trabalho, ou por turnos, correrão sempre por conta do Adjudicatário.
6. O Adjudicatário obriga-se a programar as atividades e adequar os ciclos de execução dos trabalhos de execução da Empreitada, para que os trabalhos que possam causar ruído ou vibrações sejam executados em conformidade com a legislação em vigor.
7. Verificando-se incumprimento, pelo Adjudicatário, dos prazos contratualmente acordados para a execução do Contrato, por causa que lhe seja imputável, fica aquele obrigado a ressarcir o Dono da Obra dos prejuízos por esta sofridos, decorrentes dos encargos a suportar com os serviços complementares de Fiscalização até à conclusão da obra.
8. A indemnização a que se reporta o número anterior deve ser liquidada no montante correspondente ao valor faturado pela Fiscalização por força da execução dos correlativos serviços complementares.
9. Para o efeito do disposto nos números anteriores, o crédito do Dono da Obra será satisfeito pela retenção das quantias devidas nos pagamentos a realizar ao Adjudicatário, procedendo-se à dedução da correspondente quantia dos pagamentos a efetuar, ou por recurso à caução.

Cláusula 41.^a - Equipa Técnica do Empreiteiro

1. Para além da constituição da Equipa responsável pela elaboração do Projeto de Execução, a equipa técnica do Empreiteiro será a apresentada, pelo Adjudicatário, na Proposta.
2. O Adjudicatário obriga-se a afetar à realização dos trabalhos que integram a Empreitada a equipa técnica de apoio constituída, no mínimo, pelos seguintes técnicos:
 - a) Um Diretor de Obra, na função de diretor técnico de produção que possua as qualificações/habilitações legalmente exigíveis, com afetação em obra de 100%;
 - b) Um Encarregado Geral, com afetação em obra de 100%;
 - c) Um Coordenador do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, que possua as qualificações legalmente exigíveis, com afetação em obra de 100%.
 - d) Técnico de Segurança em Obra.
3. A identificação dos membros da equipa técnica referida no número anterior, com identificação do Diretor de Obra, de Encarregado Geral de Obra, do Coordenador do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde e, bem assim, de Técnico de Segurança em Obra ficará discriminada no Contrato.
4. A equipa técnica, incluindo os eventuais subcontratados, deve cumprir os requisitos previstos na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na redação em vigor, consoante o tipo de obra e demais legislação

aplicável, e o Diretor de Obra deve ainda cumprir os atributos da Proposta.

5. Qualquer alteração relativamente àqueles técnicos em concreto deve ser previamente comunicada ao Dono da Obra, e só poderá ser aceite caso o Adjudicatário demonstre que o elemento técnico substituto reúne, pelo menos, as mesmas habilitações legais e experiência profissional que o elemento técnico substituído, devendo apresentar os documentos comprovativos das habilitações legais e experiência profissional.
6. A substituição referida no número anterior apenas produz efeitos no dia útil posterior à receção da comunicação, por escrito, da aceitação da substituição pelo Dono da Obra.
7. A substituição ou alteração de alguns dos referidos técnicos não exonera o Adjudicatário do pontual e atempado cumprimento dos trabalhos que lhe foram adjudicados, nem permite qualquer interrupção do desenvolvimento da Empreitada, que deverão continuar a ser realizados pelo elemento a substituir até que a decisão final emitida pelo Dono da Obra seja comunicada ao Adjudicatário, exceto se o contrário for determinado pelo Dono da Obra.
8. Após assinatura do Contrato, o Dono da Obra poderá exigir ao Adjudicatário, em qualquer momento, a apresentação dos currículos profissionais dos técnicos afetos ao Contrato e respetivos comprovativos que atestem o cumprimento dos requisitos exigidos, o que deverá ocorrer num prazo máximo de 5 (cinco) dias de calendário após a solicitação.
9. O Dono da Obra poderá impor a substituição de qualquer elemento da equipa técnica, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito.
10. O Adjudicatário, ou um seu representante, permanecerá no Local da Obra durante a sua execução, devendo estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante a Fiscalização, pela execução dos trabalhos.
11. Nos termos do artigo 19.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual, os técnicos e pessoas a quem esta Lei é aplicável, são responsáveis pelo ressarcimento dos danos causados a terceiros decorrentes da violação culposa, por ação ou omissão, de deveres no exercício da sua atividade, sem prejuízo da responsabilidade criminal, contraordenacional, disciplinar ou outra que exista, respondendo ainda, independentemente de culpa sua, pelos danos causados pelos seus representantes, mandatários, agentes, funcionários ou por quaisquer outras entidades que com eles colaborem na sua atuação.
12. O Empreiteiro deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e, em particular, pela correta aplicação do documento referido na alínea e) do n.º 5 da Cláusula 11ª, para além dos designados nos números 2 e 3 desta cláusula.
13. O Empreiteiro deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de aplicação do plano de gestão de resíduos da construção e demolição.

Cláusula 42.ª - Segurança, higiene e saúde no trabalho

1. O Empreiteiro fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, bem como a outras pessoas intervenientes temporária ou permanentemente no estaleiro da obra, incluindo subcontratados, fornecedores e visitantes autorizados, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.
2. O Empreiteiro é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.
3. No caso de negligência do Empreiteiro no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o Diretor de Fiscalização da Obra pode tomar, à custa dele, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do Empreiteiro.
4. Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o Diretor de Fiscalização da Obra o exija, o Empreiteiro apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, nos termos previstos no n.º 1 da Cláusula 49ª.
5. O Empreiteiro responde, a qualquer momento, perante o Diretor de Fiscalização da Obra, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra.
6. O Dono da Obra autorizará o Coordenador/Equipa de Coordenação em matéria de Segurança e Saúde em obra a propor a suspensão dos trabalhos sempre que as condições de segurança não reúnam os requisitos mínimos de segurança em obra.

Cláusula 43.ª - Caução

1. O Empreiteiro deve prestar caução destinada a garantir a celebração do Contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais por si assumidas com essa celebração.
2. O valor da caução prestada para os efeitos referidos no número anterior é de 0,1% (zero ponto um por cento) do preço contratual e deve ser prestado por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou ainda por seguro-caução, conforme escolha do Adjudicatário e de acordo com os modelos constantes do Programa do Procedimento.
3. Quando o preço total resultante da Proposta seja considerado anormalmente baixo por aplicação do disposto no n.º 1 do artigo 71.º do CCP, o valor da caução a prestar pelo Empreiteiro é de 10% (dez por cento) do preço contratual.
4. O depósito em dinheiro ou em títulos deve ser efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito,

mediante guia preenchida pelo próprio Empreiteiro, em conformidade com o Modelo constante do Programa do Procedimento, à ordem da entidade que for indicada pelo Dono da Obra, devendo ser especificado o fim a que se destina.

5. Quando o depósito for efetuado em títulos, estes são avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, a média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação é feita em 90 % dessa média.
6. Se o Empreiteiro prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pelo Dono da Obra em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita.
7. Tratando-se de seguro-caução, o Programa do Procedimento pode exigir a apresentação de apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar este seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pelo Dono da Obra em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que o seguro respeita.
8. Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias do Dono da Obra, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução.
9. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do Adjudicatário.

Cláusula 44.ª - Livro de registo da obra

1. O Empreiteiro organiza um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo Diretor de Fiscalização da Obra, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos, ficando o mesmo ao seu cuidado, que o deverá apresentar sempre que solicitado.
2. Os factos a consignar obrigatoriamente no registo da obra são, para além dos referidos no n.º 3 do artigo 304.º e no n.º 3 do artigo 305.º do CCP e dos resultantes da legislação aplicável, os seguintes:
 - a) Início e conclusão das fases mais importantes dos trabalhos;
 - b) Alterações ao Projeto, ordenadas ou aceites pelo Dono da Obra;
 - c) Paralisação dos trabalhos, fornecimentos e montagens e suas causas;
 - d) As alterações ao Plano de Trabalhos ordenadas ou aceites pelo Dono da obra;
 - e) Os acontecimentos relevantes no desenvolvimento dos trabalhos;

- f) As informações quanto à elaboração dos autos de medição e à realização e resultado dos testes e ensaios;
 - g) As informações relativas à execução de trabalhos a mais e a menos;
 - h) As aprovações e rejeições de materiais e/ou equipamentos;
 - i) Os acidentes de trabalho;
 - j) Os acidentes e incidentes ambientais;
 - k) As suspensões ou paralisações dos trabalhos e as suas causas ou motivos;
 - l) Registo do acompanhamento e fiscalização do cumprimento do Plano de Segurança e Saúde;
 - m) Registo do acompanhamento e fiscalização do cumprimento do Plano de Gestão de Resíduos.
3. O livro de registo ficará patente no Local da Obra, ao cuidado do Diretor de Obra, que o deverá apresentar sempre que solicitado pelo Diretor de Fiscalização da Obra ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos.

Cláusula 45.^a - Condições gerais de execução dos trabalhos previstos no Plano de Gestão dos Resíduos

- 1. O Empreiteiro obriga-se a implementar e realizar os trabalhos previstos no PPGRCD.
- 2. Incumbe ao Empreiteiro executar o PPGRCD, assegurando designadamente:
 - a) A promoção da reutilização de materiais e a incorporação de materiais reciclados na obra;
 - b) A existência na obra de um sistema de acondicionamento adequado que permita a gestão seletiva dos RCD;
 - c) A aplicação em obra de uma metodologia de triagem de RCD ou, nos casos em que tal não seja possível, o seu encaminhamento para operador de tratamento licenciado para o efeito;
 - d) A manutenção dos RCD em obra pelo mínimo tempo possível, de acordo com o princípio da proteção da saúde humana e do ambiente.
- 3. O PPGRCD pode ser alterado pelo Empreiteiro, com a autorização do Dono da Obra, desde que a alteração seja devidamente fundamentada.
- 4. O PPGRCD deve estar disponível no Local da Obra para efeitos de fiscalização pelas entidades competentes e ser do conhecimento de todos os intervenientes na execução da obra.

Cláusula 46.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação e a cessão da posição contratual regem-se pelo disposto nos artigos 317.º a 321.º-A, 324.º e 383.º a 386.º do CCP.
2. Todos os subcontratos devem ser celebrados por escrito.
3. O Empreiteiro obriga-se a tomar as providências indicadas pelo Diretor de Fiscalização da Obra ou pelo Gestor do Contrato para que estes, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do adjudicatário do pessoal dos subcontratados presentes no Local da Obra.
4. O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os subcontratados e terceiros.
5. A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do Adjudicatário, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subcontratados, nos termos previstos no artigo 321.º do CCP.
6. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Empreiteiro tem o dever de garantir que todos os contratos que celebre com subcontratados estipulem a obrigação, da parte destes, de cumprir as obrigações previstas neste Contrato para o Empreiteiro, com as necessárias adaptações, incluindo a obrigação de os subcontratados aceitarem, no caso e nas condições previstas no número 2 da Cláusula seguinte, a cessão da posição do Empreiteiro nesses contratos para as entidades financiadoras ou para quem estas indiquem (step in).
7. Sem prejuízo do disposto na Cláusula seguinte, a cessão da posição contratual pelo Adjudicatário depende da autorização do Dono da Obra.

Cláusula 47.ª - Cessão da posição contratual por incumprimento do Empreiteiro

1. Para efeitos do disposto no artigo 318.º-A do CCP, em caso de incumprimento, pelo Empreiteiro, das suas obrigações que reúna os pressupostos para a resolução do Contrato, este, a pedido do Dono da Obra, obriga-se a ceder a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o Contrato em execução, que venha a ser indicado pelo Dono da Obra, pela ordem sequencial daquele procedimento.
2. Em caso de incumprimento grave pelo Adjudicatário das suas obrigações contratuais perante o Dono da Obra ou perante subcontratados com quem haja celebrado subcontratos essenciais para a prossecução do objeto do Contrato, ou quando um tal incumprimento grave esteja iminente, por decisão do Dono da Obra ou das entidades financiadoras da Empreitada, a posição contratual do Adjudicatário no presente Contrato ou nos referidos subcontratos poderá ser transferida para as entidades financiadoras ou para quem estas indiquem (step in), até que aquelas verifiquem que o incumprimento tenha sido sanado e os

riscos de incumprimento deixem de se verificar. O Adjudicatário obriga-se a celebrar um acordo direto que materialize a assunção perante as entidades financiadoras da Empreitada do disposto no número anterior.

3. O Adjudicatário obriga-se a celebrar um acordo direto que materialize a assunção perante as entidades financiadoras da Empreitada do disposto no número anterior.
4. Os direitos e obrigações do Adjudicatário, desde que constituídos em data anterior à da notificação referida nos números anteriores, transmitem-se, de forma automática, para o cessionário na data da produção de efeitos daquele ato.

Cláusula 48.^a - Contratos de seguro

1. O Empreiteiro e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do Contrato, as apólices de seguro previstas nas cláusulas seguintes e na legislação aplicável, das quais deverão exibir cópia e respetivo recibo de pagamento de prémio na data da consignação.
2. O Empreiteiro é responsável pela satisfação das obrigações previstas na presente secção, devendo zelar pelo controlo efetivo da existência das apólices de seguro dos seus subcontratados.
3. O Empreiteiro obriga-se a manter as apólices de seguro referidas no n.º 1 válidas até à data da receção provisória da obra ou, no caso do seguro relativo aos equipamentos e máquinas auxiliares afetas à obra ou ao estaleiro até à desmontagem integral do estaleiro, no caso do Contractors' All Risks/Erection All Risks até ao final do período de operação e manutenção da obra de 24 meses, e no caso do seguro "OAR" (Operational All Risk), do seguro de Interrupção de Negócio e do seguro de Responsabilidade Civil, até à data da receção definitiva dos equipamentos.
4. O Dono da Obra pode exigir, em qualquer momento, cópias e recibos de pagamento das apólices previstas na presente secção ou na legislação aplicável, não se admitindo a entrada no estaleiro de quaisquer equipamentos sem a exibição daquelas cópias e recibos.
5. Todas as apólices de seguro e respetivas franquias previstas na presente secção e restante legislação aplicável constituem encargo único e exclusivo do Empreiteiro e dos seus subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.
6. Os seguros previstos no presente Caderno de Encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do Empreiteiro perante o Dono da Obra e perante a lei.
7. Todos os seguros de danos materiais subscritos pelo Empreiteiro, tanto na fase de construção como na fase de operação, incluirão uma cobertura equivalente ao valor de adjudicação do Contrato e, nomeadamente, a cobertura de danos provocados por erros de projeto, avaria de máquinas, riscos da natureza como incêndio, queda de raio e explosão; atos que por sua natureza sejam atos de Força Maior, designadamente, ventos, tempestades, cheias, ciclones, tornados, chuvas, inundações, abalos sísmicos e

outros cataclismos naturais; desabamento, deslizamento de terras e desprendimento de terras.

8. Os seguros subscritos pelo Empreiteiro no âmbito do presente Contrato deverão ser apólices primárias e integrar uma cláusula de renúncia ao direito de sub-rogação da seguradora nos direitos contra quaisquer dos segurados.
9. Em caso de incumprimento por parte do Empreiteiro das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros mencionados, o Dono da Obra reserva-se o direito de se substituir àquele, ressarcindo-se de todos os encargos envolvidos e/ou por ele suportados.

Cláusula 49.ª - Objeto dos contratos de seguro

1. O Empreiteiro obriga-se a celebrar:
 - a) Contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todos os recursos humanos por si contratados, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo de que os recursos humanos contratados pelos subempreiteiros se encontram igualmente abrangidos por seguro de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal;
 - b) Contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel cuja apólice deve abranger toda a frota de veículos de locomoção própria por si afetos à obra, que circulem na via pública ou no Local da Obra, independentemente de serem veículos de passageiros e de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem como apresentar comprovativo que os veículos afetos à obra pelos subempreiteiros se encontram igualmente segurados;
 - c) Contrato de seguro de carga ou transporte, que cubra os danos materiais causados nos equipamentos durante o transporte até ao estaleiro e, ainda, os prejuízos sofridos por quaisquer atrasos no começo da obra provocados pelo transporte, em valor equivalente ao da adjudicação;
 - d) Contrato de seguro de Responsabilidade Civil, que garanta os danos e prejuízos patrimoniais e não patrimoniais, causados a terceiros, incluindo ao Dono da Obra e subempreiteiros, no decorrer do exercício da sua atividade profissional, o que deverá incluir os danos causados no decurso e em consequência da execução da Empreitada e todos os trabalhos ou serviços acessórios, danos estes decorrentes de atos, erros ou omissões cometidos pelo Empreiteiro, pelos seus colaboradores, empregados e subcontratados, incluindo responsabilidade profissional. A cobertura de Responsabilidade Civil deve garantir igualmente os danos e prejuízos causados a todos os bens e construções contíguos ou vizinhos do Local da Obra, bem como a cobrir a responsabilidade civil do empregador pelos danos causados aos seus trabalhadores; O Empreiteiro obriga-se a incluir o Dono da Obra enquanto segurado adicional na referida apólice de Responsabilidade Civil, a qual

- deverá conter a cobertura de Responsabilidade Civil Cruzada;
- e) Contrato de seguro “OAR” (Operational All Risk/Todos os Riscos Operacionais), de valor equivalente ao da adjudicação e que cubra, em especial, os danos provocados por quebra de máquinas e linhas de transmissão;
 - f) Contrato de seguro de Interrupção de Negócio com coberturas adequadas, no valor equivalente ao da adjudicação;
 - g) Outros contratos de seguro obrigatórios por lei.

Cláusula 50.^a - Dever de Sigilo

1. O Adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Dono da Obra e de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do Contrato.
2. Exclui-se do dever de sigilo a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de entidades administrativas competentes.
3. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do Contrato.
4. O Adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente Contrato, por qualquer causa, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
5. A obrigação de sigilo prevista na presente Cláusula é extensiva aos agentes, funcionários, colaboradores do Adjudicatário ou terceiros que as mesmas envolvam, respondendo este solidariamente perante o Dono da Obra perante o incumprimento da presente obrigação.

Cláusula 51.^a - Proteção de Dados Pessoais

1. Para efeitos do presente Caderno de Encargos, o Adjudicatário assume, incondicionalmente, em matéria de dados pessoais, quer no decurso da vigência contratual, quer, quando aplicável e ou exigível, após cessação contratual, a obrigação de cumprimento do disposto na legislação e regulamentação aplicáveis, designadamente em sede do tratamento de dados, medidas de segurança e confidencialidade, bem como no âmbito da transferência de dados e gestão de incidentes, sem prejuízo das demais obrigações resultantes para terceiros, incluindo a entidade gestora da plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pelo Dono da Obra, em especial no exercício da atividade de gestão e exploração da mesma, e a

entidade com responsabilidades nas áreas da construção, do imobiliário e da contratação pública, o Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC, I.P.).

2. Para efeitos do disposto número anterior, é aplicável o disposto na legislação sobre proteção de dados, nacional e europeia, bem como o previsto no Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE, com especial acuidade o artigo 4.º, e, ainda, as deliberações do Grupo de Trabalho do artigo 29.º, existentes ou futuros.

Cláusula 52.ª - Deveres de informação

1. Cada uma das Partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato, de acordo com as regras gerais da boa-fé.
2. Em especial, cada uma das Partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 10 (dez) dias após a ocorrência de tal impedimento, a Parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do Contrato.
4. O Adjudicatário deve prestar ao Dono da Obra todas as informações que este lhe solicitar e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do Contrato, devendo o Dono da Obra satisfazer os pedidos de informação formulados pelo Adjudicatário e que respeitem a elementos técnicos na sua posse cujo conhecimento se mostre necessário à execução do Contrato.
5. O Dono da Obra e o Empreiteiro guardam sigilo sobre quaisquer matérias sujeitas a segredo nos termos da lei às quais tenham acesso por força da execução do Contrato.

CAPÍTULO III - OBRIGAÇÕES DO DONO DE OBRA

Cláusula 53.ª - Licenças, Autorizações e Comunicações

1. Compete ao Dono da Obra a obtenção das Licenças do Dono da Obra.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, o Empreiteiro deverá preparar, reunir e entregar ao Dono da Obra, atempadamente e de forma completa, todos os elementos/documentos necessários à instrução e prosseguimento dos pedidos das Licenças do Dono da Obra e, bem assim, prestar todo o apoio necessário no âmbito dos procedimentos de obtenção de tais licenças, incluindo reuniões com as entidades intervenientes nos processos de licenciamento.

3. O Dono da Obra já obteve o Parecer de Localização por parte do Município de Seia.
4. O Empreiteiro é responsável por todas as comunicações, autorizações e licenças que, de acordo com o presente Caderno de Encargos e nos termos da lei, sejam da sua responsabilidade e, bem assim, as que se afigurem necessárias à execução dos trabalhos e serviços objeto do Contrato e que não constituam Licenças do Dono da Obra.
5. Sem prejuízo de outras cuja obrigação de obtenção pelo Empreiteiro resulte da lei ou do Caderno de Encargos e seus anexos, as autorizações, aprovações e licenças referidas no número anterior incluem, designadamente e quando aplicável:
 - a) Licença especial de ruído;
 - b) Licenças de ocupação da via pública;
 - c) Licenciamento, perante a Administração Pública e as concessionárias de infraestruturas públicas, dos ramais provisórios e definitivos, bem como as certificações necessárias;
 - d) Autorizações ou licenças camarárias necessárias à implantação do estaleiro;
 - e) As autorizações e licenças necessárias às redes provisórias de abastecimento de água, de esgotos, de energia elétrica, de telecomunicações e proteção contra incêndios, definidas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou no Projeto de Execução ou, na sua omissão, que satisfaçam as exigências da obra e do pessoal;
 - f) Obtenção da aprovação de instalação do equipamento sob pressão pelo Instituto Português da Qualidade da instalação; e,
 - g) Obtenção da aprovação de funcionamento do equipamento sob pressão pelo Instituto Português da Qualidade da instalação.

Cláusula 54.^a - Preço e condições de pagamento

1. Pela execução da Empreitada, incluindo o cumprimento de todas as obrigações referentes à mesma, o Dono da Obra obriga-se a pagar ao Empreiteiro o preço constante da Proposta, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço previsto no número anterior será pago após a verificação dos Objetivos de Execução Parcelar indicadas na Cláusula 33.^a, com base nos correspondentes autos de medição, tendo em consideração os valores totais e unitários dos trabalhos propostos para cada Objetivo de Execução Parcelar, da seguinte forma:
 - a) 5% do valor do preço constante da Proposta adjudicada para a execução da Empreitada, com a verificação da Objetivo A;

- b) 5% do valor do preço constante da Proposta adjudicada para a execução da Empreitada, com a verificação da Objetivo B;
 - c) 50% do valor do preço constante da Proposta adjudicada para a execução da Empreitada, com a verificação da Objetivo C;
 - d) 15% do valor do preço constante da Proposta adjudicada para a execução da Empreitada, com a verificação da Objetivo D;
 - e) 5% do valor do preço constante da Proposta adjudicada para a execução da Empreitada, com a verificação da Objetivo E;
 - f) 10% do valor do preço constante da Proposta adjudicada para a execução da Empreitada, com a verificação da Objetivo F
 - g) 10% do valor do preço constante da Proposta adjudicada para a execução da Empreitada, com a verificação da Objetivo G.
3. Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após a apresentação da respetiva fatura, acompanhada do correspondente Auto de medição, devidamente aprovado pelo Dono da Obra ou pela Fiscalização.
4. As faturas e os respetivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respetivas instruções fornecidos pelo Diretor de Fiscalização da Obra.
5. O pagamento dos trabalhos relativos a modificações objetivas do projeto é feito nos termos dos artigos 373.º e 379.º do CCP.

Cláusula 55.ª - Reforço de caução e Dedução e retenção nos pagamentos

1. Para reforço da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o Empreiteiro tiver a receber, em cada um dos pagamentos parciais previstos, é deduzido o montante correspondente a 5% (cinco por cento) desse pagamento.
2. Nos pagamentos respeitantes a trabalhos complementares e a revisões de preços, a percentagem a deduzir é a que corresponder à soma das fixadas para a caução e seu reforço, ou seja, 10%.
3. A dedução para garantia referida no número anterior pode, a todo o tempo, ser substituída por depósito de títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, por garantia bancária à primeira solicitação, ou por seguro-caução à primeira solicitação, nos termos previstos Cláusula 43ª.
4. O Dono da Obra deve deduzir nos pagamentos parciais a fazer ao Empreiteiro:
- a) As importâncias necessárias ao reembolso dos adiantamentos, nos termos do n.º 5 do artigo 292.º do CCP;
 - b) O montante relativo à liquidação das sanções pecuniárias que tenha aplicado, nos termos do Caderno de

Encargos;

- c) As importâncias devidas à Segurança Social nos termos da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro;
- d) As quantias referentes a trabalho extraordinário da Fiscalização realizado por necessidade ou por responsabilidade do Adjudicatário;
- e) As quantias referentes a prémios de seguro cujo pagamento constitua obrigação do Adjudicatário, e liquidadas pelo Dono da Obra, acrescidas dos juros legais que sejam devidos;
- f) Todas as demais quantias que sejam, legal e contratualmente exigíveis, designadamente cláusulas penais acordadas.

Cláusula 56.ª - Mora no pagamento

- 1. Em caso de atraso do Dono da Obra no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o Empreiteiro direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.
- 2. O pagamento dos juros de mora referidos no número anterior deverá ser efetuado pelo Dono da Obra no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data em que tenha ocorrido o pagamento dos trabalhos, as revisões ou acertos que lhes deram origem.

Cláusula 57.ª - Responsabilidade do Dono da Obra

Na medida do legalmente admissível, a responsabilidade do Dono da Obra perante o Empreiteiro por quaisquer prejuízos, patrimoniais e não patrimoniais, causados por si no âmbito do Contrato não pode, em qualquer caso, exceder 10% do valor dos trabalhos por executar aquando do facto gerador de responsabilidade.

Cláusula 58.ª - Revisão de preços

- 1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da Empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto, na modalidade de revisão por fórmula polinomial.
- 2. A revisão dos preços obedece à(s) seguinte(s) fórmula(s):
 - $C(\text{índice } t) = 50\% (F20 \text{ } t / (F20 \text{ } o) + 20\% (M46 \text{ } t / M46 \text{ } o)) + 20\% (M42 (\text{índice } t) / M42 (\text{índice } o))$
+ 10% na qual:
 - C (índice t) é o coeficiente de atualização mensal a aplicar ao montante sujeito a revisão, obtido a partir

de um somatório de parcelas com uma aproximação de seis casas decimais e arredondadas para mais quando o valor da sétima casa decimal seja igual ou superior a 5, mantendo -se o valor da sexta casa decimal no caso contrário;

- “F20 t” é o índice dos custos de mão-de-obra relativo ao mês a que respeita a revisão publicado pelo IMPIC com código F20 - Instalações elétricas e “F20 o” é o mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data-limite fixada para a entrega das propostas;
 - “M46 t” é o índice dos custos dos materiais publicado pelo IMPIC com código M46 - Produtos para instalações elétricas e “M46 o” é o mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data-limite fixada para a entrega das propostas;
 - “M42 t” é o índice dos custos dos materiais publicado pelo IMPIC com código M42 - Tubagem de aço e aparelhos para canalizações e “M42 o” é o mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data-limite fixada para a entrega das propostas.
3. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.
 4. Se nas datas dos autos de medição ou nas datas de apresentação dos mapas a que se refere o n.º 1 do artigo 391.º do CCP ainda não forem conhecidos os valores finais dos indicadores económicos a utilizar na revisão dos preços dos trabalhos executados, o Dono da Obra deve proceder ao pagamento provisório com base no respetivo preço previsto no Contrato, revisto em função dos últimos indicadores conhecidos.
 5. Nos casos previstos no número anterior, logo que sejam publicados os indicadores económicos respeitantes ao mês de execução dos trabalhos ou do período para tal previsto no Plano de Trabalhos, o Dono da Obra procede imediatamente ao cálculo definitivo da revisão, pagando ao Empreiteiro ou deduzindo, na situação de trabalhos que se seguir, a diferença apurada.

Cláusula 59.ª - Expropriações, servidões e ocupação de prédios

1. Incumbe ao Dono da Obra celebrar todos os contratos que habilitem o uso dos terrenos necessários à execução da obra, incluindo nos casos em que tal seja legalmente admissível, por via de expropriação ou constituição de servidões administrativas.
2. O pagamento das indemnizações devidas por expropriação, constituição de servidões ou ocupação de prédios é da responsabilidade do Dono da Obra.

Cláusula 60.ª - Posse administrativa e constituição de servidões

A posse da totalidade dos terrenos necessários para a realização da obra que não esteja concretizada até à

celebração do Contrato deve sê-lo de forma a não determinar a suspensão da obra e a não prejudicar o normal desenvolvimento do Plano de Trabalhos.

CAPÍTULO IV - RECEPÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA OBRA

SUBSECÇÃO I – RECEPÇÃO PROVISÓRIA

Cláusula 61.ª - Compilação Técnica

1. A Compilação Técnica consiste num conjunto de elementos que regularão a utilização e manutenção da obra após concluída, em condições de segurança, permitindo a delineação de procedimentos de segurança para obras de beneficiação, de alteração, de ampliação ou ainda de demolição.
2. A Compilação Técnica deverá ainda munir o Dono da Obra dos conhecimentos necessários ao desenvolvimento de trabalhos de ampliação e/ou remodelação em condições de segurança, integrando assim o conjunto de especificações para futuras empreitadas.
3. O Adjudicatário deverá facultar ao Coordenador de Segurança em Obra, no decorrer da Empreitada, todos os elementos necessários à Compilação Técnica.
4. A apresentação dos elementos referidos no número anterior deverá ser faseada ao longo do prazo da obra, e terá lugar logo que os mesmos estejam disponíveis.
5. A receção provisória da obra não poderá ter lugar enquanto o Adjudicatário não fornecer todos elementos necessários à elaboração da Compilação Técnica, e sem que as telas finais se encontrem aprovadas pelo Dono da Obra ou pela Fiscalização.
6. O Adjudicatário deverá, até à data da receção provisória, proceder à entrega dos elementos necessários para a elaboração da Compilação Técnica da Obra, conforme determinado no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro.

Cláusula 62.ª - Receção Provisória

1. Sem prejuízo de outros previstos no presente Caderno de Encargos, incluindo nos respetivos anexos, em especial no Programa Preliminar e Especificações Técnicas, a receção provisória da obra depende do cumprimento dos seguintes requisitos:
 - a) Realização, e aprovação pelo Dono da Obra, dos Testes de Desempenho para Receção Provisória, em conformidade com o Programa Preliminar e Especificações Técnicas;
 - b) Contratação do seguro “OAR” (Operational All Risk/Todos os Riscos Operacionais) e do seguro “ALOP” (Adanced Loss of Profit/Perda de Lucro Antecipada) previsto na Cláusula 48ª;

- c) Pagamento pelo Empreiteiro de todas as quantias que sejam devidas pelo mesmo ao Dono da Obra ao abrigo do Contrato, em especial os montantes correspondentes a penalidades aplicadas;
 - d) Obtenção, pelo Empreiteiro, das licenças necessárias à utilização da obra que não integrem as Licenças do Dono da Obra;
 - e) Disponibilização de toda a documentação que seja da sua responsabilidade necessária à obtenção das Licenças do Dono da Obra;
 - f) Entrega de toda a documentação da obra, incluindo as telas finais as-built (“como construído”) assinadas digitalmente e devidamente aprovadas;
 - g) Cessão para o Dono da Obra das garantias dos fabricantes/fornecedores dos equipamentos;
 - h) Histórico dos equipamentos, incluindo relatórios dos testes de fábrica e comissionamento, designadamente dos Testes de Desempenho para Receção Provisória, nos termos previstos no Programa Preliminar e Especificações Técnicas;
 - i) Realização de vistoria, que deve ser efetuada logo que a obra esteja concluída, mediante solicitação do Empreiteiro ou por iniciativa do Dono da Obra, tendo em conta o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra.
2. A vistoria é feita pelo Dono da Obra, com a colaboração do Empreiteiro, e tem como finalidade, em relação à obra a receber, designadamente:
- a) Verificar se todas as obrigações contratuais e legais do Empreiteiro estão cumpridas de forma integral e perfeita;
 - b) Atestar a correta execução do PPGRCD, nos termos da legislação aplicável.
3. Mediante solicitação do Empreiteiro ou por sua iniciativa, o Dono da Obra convoca, por escrito, o Empreiteiro para a vistoria com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias e, no caso de este não comparecer nem justificar a falta, a vistoria tem lugar com a intervenção de duas testemunhas, que também assinam o respetivo auto.
4. No caso a que se refere o número anterior, o auto é imediatamente notificado ao Empreiteiro para os efeitos previstos nas cláusulas seguintes.
5. Quando a vistoria for solicitada pelo Empreiteiro, o Dono da Obra deve realizá-la no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da receção da referida solicitação, convocando o Empreiteiro nos termos do n.º 3.

Cláusula 63.^a - Auto de Receção Provisória

1. Da vistoria é lavrado auto, assinado pelos intervenientes, que deve declarar se a obra está, no todo ou em

parte, em condições de ser recebida.

2. O auto a que se refere o número anterior deve conter informação sobre:
 - a) O modo como se encontram cumpridas as obrigações contratuais e legais do Empreiteiro, identificando, nomeadamente, os defeitos da obra;
 - b) O modo como foi executado o PPGRCD, nos termos da legislação aplicável;
 - c) Se estão preenchidos os requisitos previstos no número 1 da Cláusula anterior.
3. Se a obra estiver, no todo ou em parte, em condições de ser recebida, a assinatura do auto de receção nos termos do disposto nos números anteriores autoriza, no todo ou em parte, a sua entrada em funcionamento, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o Empreiteiro.
4. Considera-se que a obra não está em condições de ser recebida se o Dono da Obra não atestar a correta execução do PPGRCD, nos termos da legislação aplicável, devendo tal condição ser declarada no auto de receção provisória.
5. No caso de as condições contratuais não terem sido cumpridas, e/ou serem identificados defeitos da obra que impeçam, no todo ou em parte, a receção provisória da mesma, a especificação de tais defeitos no auto nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 é acrescida da declaração de não receção da obra ou da parte da mesma que não estiver em condições de ser recebida e dos respetivos fundamentos, devendo ser fixado o prazo para a sua correção.
6. Logo que os trabalhos de correção de defeitos estejam concluídos, há lugar a novo procedimento de receção provisória.
7. Caso as anomalias referidas no auto de vistoria não sejam corrigidas, pelo Adjudicatário, no prazo estipulado pelo Dono da Obra, conforme exigido pelo artigo 396.º, n.º 1, do CCP, este último promoverá a sua correção pelo método mais conveniente, sendo os encargos daí resultantes deduzidos das quantias ainda em dívida ao Adjudicatário, da caução ou da retenção.
8. Caso estejam reunidas todas as condições contratuais para a receção provisória da Empreitada que sejam da responsabilidade do Empreiteiro e não seja possível promover tal receção apenas por motivos exclusivamente imputáveis ao Dono da Obra, em resultado de não se encontrarem concluídas as infraestruturas que não estão integradas no objeto de Contrato mas necessárias à realização e conclusão dos Testes de Desempenho para Receção Provisória, o Empreiteiro será responsável por providenciar e promover a colocação em obra, pelo período de tempo estritamente necessário à prossecução desse fim, de todos os equipamentos imprescindíveis à realização dos Testes de Desempenho para Receção Provisória sem as referidas infraestruturas. Neste caso, concluída a realização dos Testes de Desempenho para Receção Provisória com resultado positivo, deverá o Empreiteiro proceder à retirada daqueles equipamentos do Local da Obra.
9. A obra considera-se tacitamente recebida sempre que a mesma seja afeta pelo Dono da Obra aos fins a que se destina, sem prejuízo da obrigação de garantia e das sanções a que haja lugar nos termos da

legislação aplicável, designadamente quando o Empreiteiro não executou corretamente o PPGRCD.

10. O Dono da Obra poderá recusar a receção parcial da obra.

Cláusula 64.^a - Realização dos Testes de Desempenho para Receção Provisória

1. O Empreiteiro assegura e garante que a obra cumpre os Valores Garantidos.
2. Se, por qualquer causa imputável ao Empreiteiro, os Testes de Desempenho para Receção Provisória revelarem o incumprimento dos Valores Garantidos testados nos termos do Programa Preliminar e Especificações Técnicas (Capacidade de Produção Garantida da GHPP, Consumo Específico Garantido e Pureza de Hidrogénio Produzido Garantida), o Empreiteiro obriga-se a executar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de realização daqueles testes, todas as correções e substituições necessárias a garantir esse cumprimento, devendo ser repetidos os testes, sem prejuízo da aplicação de penalidades por atraso na conclusão da obra até que se verifique a receção provisória da Empreitada.
3. Caso, decorrido o período referido no número anterior, os novos Testes de Desempenho para Receção Provisória revelarem novamente o incumprimento dos Valores Garantidos testados, seguir-se-á o seguinte procedimento:
 - a) Se tiverem sido atingidos os Valores Contratuais Mínimos (Valores Limite), a obra considerar-se-á pronta para receção provisória, desde que cumpridos os restantes requisitos previstos no número 1 da Cláusula 62.^a, sendo aplicadas as penalidades por atraso estipuladas na Cláusula 71.^a;
 - b) Se não tiverem sido atingidos os Valores Contratuais Mínimos (Valores Limite), o Dono da Obra poderá, imediatamente e no seu livre critério, optar por uma das seguintes alternativas:
 - i. Executar, a expensas do Empreiteiro, diretamente ou através da contratação de terceiros, as correções necessárias e substituições necessárias a garantir o cumprimento dos Valores Contratuais Mínimos (Valores Limite), aplicando-se, a partir desse momento, o disposto em a); e,
 - ii. Resolver o Contrato, com direito a ser indemnizado nos termos gerais do direito pelos danos emergentes e lucros cessantes.

Cláusula 65.^a - Transferência de Propriedade e Risco da Empreitada

A propriedade sobre os elementos da obra integrados na Empreitada transferir-se-á para o Dono da Obra no momento do pagamento do preço associado ao Objetivo de Execução Parcelar correspondente, enquanto o risco sobre esses mesmos elementos será transferido para o Dono da Obra no momento da assinatura do auto de receção provisória.

SUBSECÇÃO II – GARANTIA

Cláusula 66.^a - Prazos de garantia

1. Na data de assinatura do auto de receção provisória inicia-se o prazo de garantia, durante o qual o Empreiteiro está obrigado a corrigir todos os defeitos da obra.
 - a) 10 Anos, no caso de defeitos relativos a elementos construtivos estruturais;
 - b) 10 Anos, no caso de defeitos relativos a elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas e equipamentos;
 - c) 10 Anos, no caso de defeitos relativos a equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis.
2. Se, relativamente aos equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis, o Empreiteiro beneficiar de prazo de garantia superior ao previsto na presente Cláusula face aos terceiros a quem os tenha adquirido, é esse o prazo de garantia a que fica vinculado.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Empreiteiro obriga-se a transferir para o Dono da Obra, até à data da receção provisória, todas as garantias prestadas pelos fabricantes/fornecedores a quem tenha adquirido os equipamentos afetos à obra.
4. Durante o prazo de garantia, o Adjudicatário é o único responsável pela boa execução dos trabalhos a seu cargo e, nomeadamente, pelo bom comportamento dos materiais e equipamentos.
5. O Empreiteiro tem a obrigação de corrigir, a expensas suas, todos os defeitos da obra e dos equipamentos nela integrados que sejam identificados até ao termo do prazo de garantia, entendendo-se como tais, designadamente, quaisquer desconformidades entre a obra executada e os equipamentos fornecidos ou integrados e o previsto no Contrato, devendo o prazo de garantia referente ao defeito corrigido ser prorrogado por período de tempo igual àquele durante o qual o equipamento ou material em que foi detetado o defeito permanecer indisponível.
6. Se o defeito verificado provier de um Defeito Sistemático referente à conceção, à qualidade dos materiais ou equipamentos utilizados e fornecidos, ou ainda à técnica de fabrico ou montagem utilizada, o Empreiteiro obriga-se a reparar, modificar ou substituir todos os materiais, peças, componentes ou equipamento idênticos, ainda que em alguns deles o defeito não se tenha ainda revelado.
7. Em caso de avarias ou defeitos que impeçam o funcionamento/operação da GHPP por um período superior a 15 (quinze) dias seguidos ou interpolados, a contagem dos prazos de garantia da GHPP será suspensa enquanto se verificar o impedimento do funcionamento/operação da GHPP.
8. Quaisquer trabalhos a executar durante o prazo de garantia deverão ser iniciados imediatamente após a notificação do Dono da Obra, tendo de estar terminados no prazo indicado na notificação, sob pena do Dono da Obra determinar que a execução dos trabalhos em causa deve ser feita por outrem, por conta e risco do Adjudicatário, notificando-o para proceder ao respetivo pagamento ou, caso não o faça, descontando os inerentes encargos no depósito de garantia ou procedendo à execução das cauções ou seguros existentes.

9. Se os defeitos identificados não forem suscetíveis de correção, o Dono da Obra pode, sem custos adicionais, exigir ao Empreiteiro que repita a execução da obra com defeito ou que substitua os equipamentos defeituosos, salvo se tal se revelar impossível.
10. Sem prejuízo da opção pelo exercício do direito de resolução do contrato, não sendo corrigidos os defeitos nem cumprido o disposto no número anterior, ainda que se verifiquem os casos previstos na sua parte final, o Dono da Obra pode exigir a redução do preço e tem direito de ser indemnizado nos termos gerais.

SUBSECÇÃO III – RECEPÇÃO DEFINITIVA E LIBERTAÇÃO DA CAUÇÃO, LIBERTAÇÃO DAS RETENÇÕES E DOS SEGUROS

Cláusula 67.^a - Receção definitiva

1. No final dos prazos de garantia previstos na Cláusula anterior é realizada uma nova vistoria à obra para efeitos de receção definitiva.
2. Se a vistoria referida no número anterior permitir verificar que a obra se encontra em boas condições de funcionamento e conservação e que estão reunidos os pressupostos do número seguinte, esta será definitivamente recebida, devendo ser formalizado o correspondente auto.
3. Sem prejuízo de outros constantes do presente Caderno de Encargos, incluindo os seus anexos, em especial o Programa Preliminar e Especificações Técnicas, a receção definitiva depende da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:
 - d) Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de exploração, operação ou utilização, da obra e respetivos equipamentos, de forma que cumpram todas as exigências contratualmente previstas;
 - e) Correção de todos os defeitos da obra e do equipamento e, bem assim, o cumprimento, pelo Empreiteiro, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber;
 - f) Realização, e aprovação pelo Dono da Obra, dos Testes para Receção Definitiva previstos no Programa Preliminar e Especificações Técnicas;
 - g) Pagamento pelo Empreiteiro de todas as quantias que sejam devidas pelo mesmo ao Dono da Obra ao abrigo do Contrato, em especial os montantes correspondentes a penalidades aplicadas.
4. O disposto no número anterior é aplicável, com as necessárias adaptações, aos casos de receção definitiva parcial.
5. No caso de a vistoria referida no n.º 1 permitir detetar que existem defeitos da obra da responsabilidade do Empreiteiro, apenas podem ser recebidas as obras que reúnam as condições enunciadas no número

anterior e que sejam suscetíveis de receção parcial, procedendo o Dono da Obra, em relação às restantes, nos termos previstos no artigo 396.º do CCP.

6. São aplicáveis à vistoria e ao auto de receção definitiva, bem como à falta de agendamento ou realização da vistoria pelo Dono da Obra, os preceitos que regulam a receção provisória quanto às mesmas matérias, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 398.º do CCP.
7. O Empreiteiro fica exonerado da responsabilidade pelos defeitos da obra que sejam verificados após a receção definitiva, salvo quando o Dono da Obra prove que os defeitos lhe são culposamente imputáveis.

Cláusula 68.ª - Restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução

1. Verificada a inexistência de defeitos da prestação do Empreiteiro ou corrigidos aqueles que hajam sido detetados até ao momento da liberação, ou ainda quando considere os defeitos identificados e não corrigidos como sendo de pequena importância e não justificativos da não liberação, o Dono da Obra promove a liberação da caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, de forma faseada, nos seguintes termos:
 - a) No prazo de 30 (trinta) dias contados da data de assinatura do auto de receção provisória, 50% do valor da caução;
 - b) No prazo de 30 (trinta) dias contados da data de assinatura do auto de receção definitiva referente aos equipamentos, 50% do valor da caução;
2. Caso tenha havido lugar a prestação da caução como garantia de adiantamentos, esta deve ser liberada de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 295.º do CCP.
3. Decorrido o prazo fixado para a liberação da caução sem que esta tenha ocorrido, o Empreiteiro pode notificar o Dono da Obra para que este cumpra a obrigação de liberação da caução, ficando autorizado a promovê-la, a título parcial ou integral, se, 15 (quinze) dias após a notificação, o Dono da Obra não tiver dado cumprimento à referida obrigação, nos termos do n.º 9.º do artigo 295.º.
4. A mora na liberação da caução, total ou parcial, confere ao Empreiteiro o direito a indemnização, designadamente pelos custos adicionais incorridos com a manutenção da caução prestada por período superior ao que seria devido.

Cláusula 69.ª - Execução da caução

1. As cauções prestadas pelo Empreiteiro podem ser executadas pelo Dono da Obra, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer importâncias que se mostrem devidas por força do não cumprimento por aquele das obrigações legais ou contratuais, designadamente as seguintes:

- a) Sanções pecuniárias aplicadas nos termos previstos no Contrato;
 - b) Prejuízos incorridos pelo Dono da Obra, por força do incumprimento do Contrato;
 - c) Importâncias fixadas no Contrato a título de cláusulas penais.
2. A execução parcial ou total de caução prestada pelo Empreiteiro implica a renovação do respetivo valor, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação pelo Dono da Obra para esse efeito.
 3. A execução indevida da caução confere ao Empreiteiro o direito a indemnização pelos prejuízos daí advenientes.

CAPÍTULO V - VICISSITUDES CONTRATUAIS

Cláusula 70.ª - Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados

1. Correm inteiramente por conta do Empreiteiro os encargos ou a responsabilidade civil decorrentes da incorporação na Empreitada ou nos Serviços de Operação e Manutenção objeto do Contrato, ou da utilização nesses mesmos bens, trabalhos ou serviços, de equipamentos, materiais, elementos de construção, hardware, software ou outros que respeitem a quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.
2. No caso de o Dono da Obra ser demandado por infração na execução dos trabalhos dos direitos mencionados no número anterior, terá direito de regresso contra o Empreiteiro por quaisquer quantias pagas, seja a que título for.
3. Os encargos e a responsabilidade civil perante terceiros decorrentes dos factos mencionados nos n.ºs 1 e 2 não correm por conta do Empreiteiro se este demonstrar que os mesmos são imputáveis ao Dono da Obra ou a terceiros que não sejam seus subcontratados.

Cláusula 71.ª - Penalidades por atraso

Serão aplicadas penalidades por atraso na conclusão da obra. Por esta entende-se a receção provisória da empreitada.

As penalidades serão de 1/1000 (um milésimo) do valor de adjudicação do valor do contrato, por cada dia de atraso em relação ao estipulado no cronograma, Anexo ao Programa Preliminar, e com os Objetivos de Execução Parcelar previstas na Cláusula 33ª.

Estas penalidades terão um valor máximo correspondente a 20% do valor do contrato, de acordo com o estipulado na cláusula 75ª.

Cláusula 72.ª - Força Maior

1. Não é tido como incumprimento a não realização pontual de prestações contratuais a cargo de qualquer

das Partes devido a um caso de força maior.

2. Entende-se como caso de força maior as circunstâncias imprevisíveis e irresistíveis que impossibilitem total ou parcialmente a realização das prestações contratuais, alheias à vontade das Partes, cujos efeitos não lhes fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
3. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente tremores de terra, inundações graves, ciclones, incêndios e explosões e outros cataclismos naturais, radiações atômicas, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra, subversão ou terrorismo, e determinações governamentais ou administrativas injuntivas, que diretamente afetem a execução do Contrato.
4. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Empreiteiro ou a grupos de sociedades em que este se insere, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Empreiteiro de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Empreiteiro cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Empreiteiro não devidas a sabotagem.
5. A classificação de um evento como caso de força maior e respetiva consequência está dependente do cumprimento do seguinte procedimento:
 - f) O Empreiteiro deve, nos 10 (dez) dias subsequentes àquele em que tome conhecimento do evento, notificar o Dono da Obra da ocorrência de um caso de força maior, requerendo que proceda ao seu apuramento;
 - g) Mediante apresentação pelo Empreiteiro do requerimento referido na alínea anterior, o Gestor do Contrato procederá, com assistência do representante do Empreiteiro, à verificação do evento, lavrando auto do qual constem:
 - i. As respetivas causas;
 - ii. O estado da execução depois do facto e o que nela difere do estado anterior;
 - iii. Se a execução do Contrato tem de ser suspensa, no todo ou em parte, definitiva ou temporariamente, especificando-se, no caso de interrupção parcial ou temporária, a parte da obra e o tempo provável dessa interrupção;
 - iv. Qualquer outra menção que se entenda relevante ou que o Empreiteiro ou o seu representante peça que se consigne no auto.

6. A ocorrência de um caso de força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante desse evento.

Cláusula 73.ª - Resolução do Contrato pelo Dono da Obra

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas e de outros fundamentos resultantes do Contrato ou da lei, o Dono da Obra pode resolver o Contrato nos casos e nos termos dos artigos 333.º, 334.º, 335.º, 405.º e 448.º, ex vi artigo 451.º, todos do CCP.
2. O exercício do direito de resolução previsto no número anterior não preclui o direito de o Dono da Obra vir a ser ressarcido pelos prejuízos que lhe advierem do incumprimento do Adjudicatário e da resolução do Contrato nos termos gerais do Direito, nomeadamente pelos prejuízos decorrentes da adoção de novo procedimento de formação de contrato.
3. Em caso de resolução do Contrato por parte do Dono da Obra, ficarão automaticamente retidas em seu poder todas as importâncias que o mesmo deva ao Adjudicatário por trabalhos executados ou que estejam em seu poder, como garantia até ao apuramento da responsabilidade do Adjudicatário.
4. Em caso de resolução do Contrato, e logo que esteja fixada a responsabilidade do Adjudicatário, será o montante respetivo deduzido nas quantias em dívida, ou por execução das cauções prestadas.

Cláusula 74.ª - Resolução do Contrato pelo Empreiteiro

Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o Empreiteiro pode resolver o Contrato nos casos e nos termos expressamente previstos na lei, designadamente nos artigos 332.º, 406.º e 449.º, ex vi artigo 451.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 4 da Cláusula 30ª.

Cláusula 75.ª - Sanções Pecuniárias - Disposição Geral

1. As sanções pecuniárias previstas neste Contrato não eximem o Adjudicatário, em caso algum, da responsabilidade de indemnizar pelos danos resultantes do incumprimento de quaisquer obrigações contratuais.
2. A sanção aplicada será descontada na fatura imediatamente seguinte ao facto que a originou ou, caso tal não seja possível, será emitida nota de crédito.
3. O valor acumulado das sanções pecuniárias a aplicar pelo Dono da Obra ao Empreiteiro ao abrigo do presente Contrato não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo da possibilidade de resolução do Contrato por parte do Dono da Obra.
4. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o Dono da Obra decida não

proceder à resolução do Contrato, aquele limite é elevado para 30%.

5. A aplicação das sanções pecuniárias previstas neste Contrato será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 76.ª - Foro competente

1. As partes contratantes aceitam atribuir a competência para a resolução de litígios relativos ao Contrato ao Centro Nacional de Arbitragem de Construção (CNA), conforme modelo previsto no anexo xii do CCP.
2. O Tribunal Arbitral julgará segundo o direito português constituído.
3. Das decisões do Tribunal Arbitral apenas cabe recurso se legalmente obrigatório.
4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, as Partes reservam-se o direito de, na vigência e após a cessação do Contrato, e antes ou na pendência de um litígio instaurado no Tribunal Arbitral, requerer, nos tribunais administrativos competentes, as providências cautelares que entenderem por convenientes para defesa dos seus direitos.

Cláusula 77.ª - Comunicações e notificações

1. As comunicações entre o Dono da Obra e o Empreiteiro devem ser escritas e redigidas em português, podendo ser efetuadas através de correio eletrónico ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção, para os endereços eletrónicos e os endereços postais dos representantes das Partes que venham a ser indicados no Contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. As notificações e as comunicações consideram-se feitas:
 - a) Na data da respetiva expedição, quando efetuadas através de correio eletrónico;
 - b) Na data indicada pelos serviços postais, quando efetuadas por carta registada;
 - c) Na data da assinatura do aviso, quando efetuadas por carta registada com aviso de receção.
4. As notificações e as comunicações que tenham como destinatário o Dono da Obra e que sejam efetuadas através de correio eletrónico, telecópia ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.
5. Todas as comunicações entre as Partes, a fiscalização e a coordenação de segurança obedecem ao disposto na presente Cláusula.

Cláusula 78.^a - Contagem dos prazos

Os prazos previstos em todos os documentos relativos ao presente concurso internacional para Empreitada de Conceção, Construção, Fornecimento e Colocação em Serviço de uma Central de Produção de Hidrogénio Verde (GHPP) situada na Cidade de Seia, incluído os prazos contratuais contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e dias de feriados.

